



Bento XVI

*CATEQUESSES
ANO DA FÉ*

Editado por 



A Santa Sé

PAPA BENTO XVI

**CATEQUESES
ANO DA FÉ**

2012 - 2013

Fonte: *vatican.va*

Praça de São Pedro

Quarta-feira, 17 de Outubro de 2012

Queridos irmãos e irmãs,

Hoje gostaria de introduzir o novo ciclo de catequeses, que se desenvolve ao longo de todo o Ano da Fé recém-iniciado, e que interrompe — durante este período — o ciclo dedicado à escola da oração. Mediante a Carta Apostólica Porta Fidei proclamei este Ano especial, precisamente para que a Igreja renove o entusiasmo de crer em Jesus Cristo, único Salvador do mundo, reavive a alegria de percorrer o caminho que nos indicou e testemunhe de modo concreto a força transformadora da fé.

A celebração do cinquentenário da inauguração do Concílio Vaticano II é uma ocasião importante para voltar para Deus, a fim de aprofundar e viver com maior coragem a própria fé, para fortalecer a pertença à Igreja, «mestra em humanidade» que, através do anúncio da Palavra, da celebração dos Sacramentos e das obras de caridade, nos orienta para encontrar e conhecer Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Trata-se do encontro não com uma ideia, nem com um projecto de vida, mas com uma Pessoa viva que nos transforma em profundidade a nós mesmos, revelando-nos a nossa verdadeira identidade de filhos de Deus. O encontro com Cristo renova os nossos relacionamentos humanos, orientando-os no dia-a-dia para uma maior solidariedade e fraternidade, na lógica do amor. Ter fé no Senhor não é algo que interessa unicamente à nossa inteligência, ao campo do saber intelectual, mas é uma mudança que compromete a vida, a totalidade do nosso ser: sentimento, coração, inteligência, vontade, corporeidade, emoções e relacionamentos humanos. Com a fé muda verdadeiramente tudo em nós e para nós, e revela-se com clareza o nosso destino futuro, a verdade da nossa vocação no interior da história, o sentido da vida, o gosto de sermos peregrinos rumo à Pátria celeste.

Mas — perguntemo-nos — a fé é verdadeiramente a força transformadora da nossa vida, na minha vida? Ou então é apenas um dos elementos que fazem parte da existência, sem ser aquele determinante, que a abrange totalmente? Com as catequeses deste Ano da fé gostaríamos de

percorrer um caminho para fortalecer ou reencontrar a alegria da fé, compreendendo que ela não é algo de alheio, separado da vida concreta, mas é a sua alma. A fé num Deus que é amor, e que se fez próximo do homem, encarnando e doando-se a si mesmo na cruz para nos salvar e reabrir as portas do Céu, indica de modo luminoso que a plenitude do homem consiste unicamente no amor. Hoje é necessário reiterá-lo com clareza, enquanto as transformações culturais em curso mostram com frequência tantas formas de barbárie, que passam sob o sinal de «conquistas de civilização»: a fé afirma que não há humanidade autêntica, a não ser nos lugares, nos gestos, nos tempos e nas formas como o homem é animado pelo amor que vem de Deus, se expressa como dom, se manifesta em relações ricas de amor, de compaixão, de atenção e de serviço abnegado ao próximo. Onde existe domínio, posse, exploração, mercantilização do outro por egoísmo próprio, onde há arrogância do eu, fechado em si mesmo, o homem torna-se pobre, degradado, desfigurado. A fé cristã, laboriosa na caridade e forte na esperança, não limita mas humaniza a vida, aliás, torna-a plenamente humana.

A fé é o acolhimento desta mensagem transformadora na nossa vida, o acolhimento da revelação de Deus, que nos faz conhecer quem Ele é, como age, quais são os seus desígnios para nós. Sem dúvida, o mistério de Deus permanece sempre além dos nossos conceitos e da nossa razão, dos nossos ritos e das nossas preces. Todavia, com a revelação é o próprio Deus quem se autocomunica, se descreve, se torna acessível. E nós tornamo-nos capazes de ouvir a sua Palavra e de receber a sua verdade. Eis, pois, a maravilha da fé: Deus, no seu amor, cria em nós — através da obra do Espírito Santo — as condições adequadas para que possamos reconhecer a sua Palavra. O próprio Deus, na sua vontade de se manifestar, de entrar em contacto connosco, de se fazer presente na nossa história, torna-nos capazes de o ouvir e acolher. São Paulo exprime-o assim, com alegria e reconhecimento: «Nós não cessamos de dar graças a Deus, porque recebestes a palavra de Deus, que de nós ouvistes, e porque a acolhestes não como palavra de homens, mas como aquilo que realmente é, palavra de Deus, que age eficazmente em vós, fiéis» (1 Ts 2, 13).

Deus revelou-se mediante palavras e obras em toda uma longa história de amizade com o homem, que culmina na Encarnação do Filho de Deus e

no seu Mistério de Morte e Ressurreição. Deus não só se revelou na história de um povo, nem falou só por meio dos Profetas, mas atravessou o seu Céu para entrar na terra dos homens como homem, para que pudéssemos encontrá-lo e ouvi-lo. E de Jerusalém o anúncio do Evangelho da salvação propagou-se até aos confins da terra. A Igreja, nascida do lado de Cristo, tornou-se portadora de uma esperança nova e sólida: Jesus de Nazaré, crucificado e ressuscitado, Salvador do mundo, que está sentado à direita do Pai e é Juiz dos vivos e dos mortos. Este é o kerigma, o anúncio central e impetuoso da fé. Mas desde o início levantou o problema da «regra da fé», ou seja, da fidelidade dos crentes à verdade do Evangelho, na qual permanecer firmes, à verdade salvífica sobre Deus e sobre o homem, que se deve conservar e transmitir. São Paulo escreve: «Recebereis a salvação, se o mantiverdes [o Evangelho] como vo-lo anunciei. Caso contrário, em vão teríeis abraçado a fé» (1 Cor 15, 2).

Mas onde encontramos a fórmula essencial da fé? Onde encontramos as verdades que nos foram fielmente transmitidas e que constituem a luz para a nossa vida diária? A resposta é simples: no Credo, na Profissão de Fé, ou Símbolo da Fé, nós relacionamo-nos com o acontecimento originário da Pessoa e da História de Jesus de Nazaré; torna-se concreto quanto o Apóstolo das nações dizia aos cristãos de Corinto: «Transmiti-vos primeiramente o que eu mesmo tinha recebido: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras; foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia» (1 Cor 15, 3-4).

Ainda hoje temos necessidade que o Credo seja melhor conhecido, compreendido e pregado. Sobretudo, é importante que o Credo seja, por assim dizer, «reconhecido». Com efeito, conhecer poderia ser algo simplesmente intelectual, enquanto «reconhecer» quer significar a necessidade de descobrir o vínculo profundo entre as verdades que professamos no Credo e a nossa existência quotidiana, para que estas verdades sejam deveras e concretamente — como sempre foram — luz para os passos do nosso viver, água que rega a aridez do nosso caminho, vida que vence certos desertos da vida contemporânea. No Credo insere-se a vida moral do cristão, que nele encontra o seu fundamento e a sua justificação.

Não é por acaso que o Beato João Paulo II quis que o Catecismo da Igreja Católica, norma segura para o ensinamento da fé e fonte certa para uma catequese renovada, se inspirasse no Credo. Tratava-se de confirmar e conservar este núcleo fulcral das verdades da fé, comunicando-o numa linguagem mais inteligível aos homens do nosso tempo, a nós. É um dever da Igreja transmitir a fé, comunicar o Evangelho, a fim de que as verdades cristãs sejam luz das novas transformações culturais, e os cristãos se tornem capazes de explicar a razão da sua esperança (cf. 1 Pd 3, 14). Hoje, vivemos numa sociedade profundamente transformada, também em relação a um passado recente, e em movimento contínuo. Os processos da secularização e de uma difundida mentalidade niilista, em que tudo é relativo, marcaram profundamente a mentalidade comum. Assim, a vida é muitas vezes levada com superficialidade, sem ideais claros nem esperanças sólidas, no contexto de vínculos sociais e familiares fluidos, provisórios. Sobretudo as novas gerações não são educadas para a busca da verdade e do sentido profundo da existência, que ultrapasse o contingente, para a estabilidade dos afectos, para a confiança. Ao contrário, o relativismo leva a não ter pontos firmes, suspeita e volubilidade provocam rupturas nos relacionamentos humanos, enquanto a vida é vivida com experiências que duram pouco, sem assunção de responsabilidade. Se o individualismo e o relativismo parecem dominar o espírito de muitos contemporâneos, não se pode dizer que os crentes permanecem totalmente imunes a estes perigos, que devemos enfrentar na transmissão da fé. A sondagem realizada em todos os Continentes, em vista da celebração do Sínodo dos Bispos sobre a Nova Evangelização, evidenciou alguns: uma fé vivida de modo passivo e privado, a rejeição da educação para a fé, a ruptura entre vida e fé.

Muitas vezes o cristão não conhece nem sequer o núcleo central da própria fé católica, do Credo, de modo a deixar espaço a um certo sincretismo e relativismo religioso, sem clareza sobre as verdades nas quais crer e sobre a singularidade salvífica do cristianismo. Hoje não está muito distante o risco de construir, por assim dizer, uma religião personalizada. Ao contrário, temos que voltar para Deus, para o Deus de Jesus Cristo, temos que redescobrir a mensagem do Evangelho, fazê-lo entrar de modo mais profundo nas nossas consciências e na vida quotidiana.

Nas catequeses deste Ano da fé gostaria de oferecer uma ajuda para percorrer este caminho, para retomar e aprofundar as verdades centrais da fé sobre Deus, o homem, a Igreja e toda a realidade social e cósmica, meditando e ponderando sobre as afirmações do Credo. E gostaria que fosse clara que estes conteúdos ou verdades da fé (*fides quae*) se relacionam directamente com a nossa vida; exigem uma conversão da existência, que dá vida a um novo modo de crer em Deus (*fides qua*). Conhecer Deus, encontrá-lo, aprofundar os traços da sua Face põe em jogo a nossa vida, pois Ele entra nos dinamismos profundos do ser humano.

Possa o caminho que percorreremos este Ano fazer-nos crescer todos na fé e no amor a Cristo, para que aprendamos a viver, nas opções e gestos quotidianos, a vida boa e bela do Evangelho. Obrigado!

Praça de São Pedro

Quarta-feira, 24 de Outubro de 2012

Queridos irmãos e irmãs,

Na quarta-feira passada, com o início do Ano da fé, dei início a uma nova série de catequeses sobre a fé. E hoje gostaria de meditar convosco sobre uma questão fundamental: o que é a fé? Ainda tem sentido a fé, num mundo em que ciência e técnica abriram horizontes até há pouco tempo impensáveis? O que significa crer hoje? Com efeito, no nosso tempo é necessária uma renovada educação para a fé, que inclua sem dúvida um conhecimento das suas verdades e dos acontecimentos da salvação, mas sobretudo que nasça de um encontro verdadeiro com Deus em Jesus Cristo, do amá-lo, do ter confiança nele, de modo que a vida inteira seja envolvida por Ele.

Hoje, juntamente com tantos sinais de bem, aumenta ao nosso redor um certo deserto espiritual. Às vezes tem-se como que a sensação, a partir de certos acontecimentos dos quais recebemos notícias todos os dias, que o mundo não caminha rumo à construção de uma comunidade mais fraterna e mais pacífica; as próprias ideias de progresso e de bem-estar mostram também as suas sombras. Não obstante a grandeza das descobertas da ciência e dos êxitos da técnica, hoje o homem não parece ter-se tornado verdadeiramente mais livre, mais humano; subsistem muitas formas de exploração, de manipulação, de violência, de prepotência, de injustiça... Além disso, um certo tipo de cultura educou a mover-se só no horizonte das coisas, do realizável, a acreditar unicamente naquilo que se vê e se toca com as próprias mãos. Mas por outro lado, aumenta também o número daqueles que se sentem desorientados e, na tentativa de ir além de uma visão apenas horizontal da realidade, estão dispostos a crer em tudo e no seu contrário. Neste contexto sobressaem algumas interrogações fundamentais, que são muito mais concretas do que parecem à primeira vista: que sentido tem viver? Há um futuro para o homem, para nós e para as novas gerações? Para que rumo orientar as opções da nossa liberdade, para um êxito bom e feliz da vida? O que nos espera além do limiar da morte?

Destas interrogações insuprimíveis sobressai que o mundo da planificação, do cálculo exacto e da experimentação, em síntese o saber da ciência, embora seja importante para a vida do homem, sozinho não é suficiente. Temos necessidade não só do pão material, mas precisamos de amor, de significado e de esperança, de um fundamento seguro, de um terreno sólido que nos ajude a viver com um sentido autêntico também na crise, nas obscuridades, nas dificuldades e nos problemas quotidianos. A fé oferece-nos precisamente isto: é um entregar-se confiante a um «Tu», que é Deus, o qual me confere uma certeza diversa, mas não menos sólida do que aquela que me deriva do cálculo exacto ou da ciência. A fé não é simples assentimento intelectual do homem a verdades particulares sobre Deus; é um gesto mediante o qual me confio livremente a um Deus que é Pai e que me ama; é adesão a um «Tu» que me dá esperança e confiança. Sem dúvida, esta adesão a Deus não está isenta de conteúdos: com ela estamos conscientes de que o próprio Deus nos é indicado em Cristo, mostrou o seu rosto e fez-se realmente próximo de cada um de nós. Aliás, Deus revelou que o seu amor pelo homem, por cada um de nós, é incomensurável: na Cruz, Jesus de Nazaré, o Filho de Deus que se fez homem, mostra-nos do modo mais luminoso até que ponto chega este amor, até ao dom de si mesmo, até ao sacrifício total. Com o mistério da Morte e Ressurreição de Cristo, Deus desce até ao fundo na nossa humanidade, para lha restituir, para a elevar à sua altura. A fé é crer neste amor de Deus que não diminui diante da maldade do homem, perante o mal e a morte, mas é capaz de transformar todas as formas de escravidão, oferecendo a possibilidade da salvação. Então, ter fé é encontrar este «Tu», Deus, que me sustém e me faz a promessa de um amor indestrutível, que não só aspira à eternidade, mas também a concede; é confiar-me a Deus com a atitude da criança, a qual sabe bem que todas as suas dificuldades, todos os seus problemas estão salvaguardados no «tu» da mãe. E esta possibilidade de salvação através da fé é um dom que Deus oferece a todos os homens. Penso que deveríamos meditar mais frequentemente — na nossa vida quotidiana, caracterizada por problemas e situações por vezes dramáticas — sobre o facto de que crer cristãmente significa este abandonar-se com confiança ao sentido profundo que me sustém, a mim e ao mundo, àquele sentido que não somos capazes de nos darmos a nós mesmos, mas só de receber como dádiva, e que é o fundamento sobre o qual podemos viver sem temor. Temos que ser capazes

de anunciar com a palavra e de mostrar com a nossa vida cristã esta certeza libertadora e tranquilizadora da fé.

Contudo, ao nosso redor vemos todos os dias que muitos permanecem indiferentes, ou rejeitam aceitar este anúncio. No final do Evangelho de Marcos, hoje temos palavras duras do Ressuscitado, que diz: «Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado» (Mc 16, 16), perder-se-á a si mesmo. Gostaria de vos convidar a meditar sobre isto. A confiança na acção do Espírito Santo deve impelir-nos sempre a ir e anunciar o Evangelho, ao testemunho corajoso da fé; mas para além da possibilidade de uma resposta positiva ao dom da fé há inclusive o risco da rejeição do Evangelho, do não-acolhimento do encontro vital com Cristo. Já santo Agostinho apresentava este problema num seu comentário à parábola do semeador: «Nós falamos — dizia — lançamos a semente, espalhamos a semente. Há aqueles que desprezam, aqueles que repreendem, aqueles que zombam. Se os tememos, não teremos mais nada para semear, e no dia da ceifa permaneceremos sem colheita. Por isso, venha a semente da terra boa» (*Discursos sobre a disciplina cristã*, 13, 14: pl 40, 677-678). Portanto, a rejeição não nos pode desencorajar. Como cristãos, somos testemunhas deste terreno fértil: apesar dos nossos limites, a nossa fé demonstra que existe a terra boa, onde a semente da Palavra de Deus produz frutos abundantes de justiça, de paz e de amor, de uma nova humanidade, de salvação. E toda a história da Igreja, com todos os problemas, demonstra também que existe a terra boa, que existe a semente boa, e dá fruto. Mas perguntemo-nos: de onde haure o homem aquela abertura do coração e da mente, para acreditar no Deus que se tornou visível em Jesus Cristo, morto e ressuscitado, para acolher a sua salvação, de tal modo que Ele e o seu Evangelho sejam guia e luz da existência? Resposta: nós podemos crer em Deus, porque Ele se aproxima de nós e nos toca, porque o Espírito Santo, dom do Ressuscitado, nos torna capazes de acolher o Deus vivo. Então, a fé é antes de tudo uma dádiva sobrenatural, um dom de Deus. O Concílio Vaticano II afirma: «Para prestar esta adesão da fé, são necessários a prévia e concomitante ajuda da graça divina e os interiores auxílios do Espírito Santo, o qual move e converte a Deus o coração, abre os olhos do entendimento, e dá “a todos a suavidade em aceitar e crer na verdade”» (Constituição dogmática *Dei Verbum*, 5). Na base do nosso caminho de fé está o Baptismo, o sacramento que nos confere o Espírito Santo, tornando-

nos filhos de Deus em Cristo, e marca a entrada na comunidade da fé, na Igreja: não cremos por nós mesmos, sem a prevenção da graça do Espírito; e não cremos sozinhos, mas juntamente com os irmãos. Do Baptismo em diante, cada crente é chamado a reviver e fazer sua esta profissão de fé, com os irmãos.

A fé é dom de Deus, mas é também acto profundamente livre e humano. O *Catecismo da Igreja Católica* afirma-o claramente: «O acto de fé só é possível pela graça e pelos auxílios interiores do Espírito Santo. Mas não é menos verdade que crer é um acto autenticamente humano. Não é contrário nem à liberdade nem à inteligência do homem» (n. 154). Aliás, envolve-as e exalta-as, numa aposta de vida que é como que um êxodo, ou seja um sair de nós mesmos, das nossas seguranças, dos nossos esquemas mentais, para nos confiarmos à acção de Deus que nos indica o seu caminho para alcançar a liberdade verdadeira, a nossa identidade humana, a alegria do coração, a paz com todos. Crer é confiar-se com toda a liberdade e com alegria ao desígnio providencial de Deus sobre a história, como fez o patriarca Abraão, como fez Maria de Nazaré. Então, a fé é um assentimento com que a nossa mente e o nosso coração dizem o seu «sim» a Deus, professando que Jesus é o Senhor. E este «sim» transforma a vida, abre-lhe o caminho rumo a uma plenitude de significado, tornando-a assim nova, rica de júbilo e de esperança confiável.

Caros amigos, o nosso tempo exige cristãos que tenham sido arrebatados por Cristo, que cresçam na fé graças à familiaridade com a Sagrada Escritura e com os Sacramentos. Pessoas que sejam quase um livro aberto que narra a experiência da vida nova no Espírito, a presença daquele Deus que nos sustém no caminho e nos abre para a vida que nunca mais terá fim. Obrigado!

Praça de São Pedro

Quarta-feira, 31 de Outubro de 2012

O Ano da Fé. A fé da Igreja

Queridos irmãos e irmãs,

Prosseguimos no nosso caminho de meditação sobre a fé católica. Na semana passada mostrei como a fé é um dom, porque é Deus que toma a iniciativa e vem até nós; e assim a fé é uma resposta com a qual nós O acolhemos como fundamento estável da nossa vida. É um dom que transforma a existência, porque nos faz entrar na mesma visão de Jesus, o qual age em nós e nos abre ao amor a Deus e aos outros.

Hoje gostaria de dar outro passo na nossa reflexão, partindo mais uma vez de algumas perguntas: a fé tem um carácter só pessoal, individual? Diz respeito só à minha pessoa? Vivo a minha fé individualmente? Decerto, o acto de fé é eminentemente pessoal, o qual se realiza no íntimo mais profundo e marca uma mudança de direcção, uma conversão pessoal: é a minha existência que recebe uma mudança, uma orientação nova. Na Liturgia do Baptismo, no momento das promessas, o celebrante pede para manifestar a fé católica e formula três perguntas: Credes em Deus Todo-Poderoso? Credes em Jesus Cristo seu único Filho? Credes no Espírito Santo? Antigamente estas perguntas eram dirigidas pessoalmente a quantos deveriam receber o Baptismo, antes de os imergir três vezes na água. E também hoje a resposta é dada no singular: «Creio». Mas este meu crer não é o resultado de uma minha reflexão solitária, nem o produto de um meu pensamento, mas é fruto de uma relação, de um diálogo, no qual há um ouvir, um receber e um responder; é o comunicar com Jesus que me faz sair do meu «eu» fechado em mim mesmo para me abrir ao amor de Deus Pai. É como um renascimento no qual me descubro unido não só a Jesus mas também a todos os que caminharam e caminham na mesma senda; e este novo nascimento, que inicia com o Baptismo, continua por todo o percurso da existência. Não posso construir a minha fé pessoal num diálogo privado com Jesus, porque a fé me é doada por Deus através duma comunidade

crente que é a Igreja e, desta maneira, me insere na multidão dos crentes numa comunhão que não é só sociológica, mas radicada no amor eterno de Deus, que em Si mesmo é comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo, é Amor trinitário. A nossa fé só é deveras pessoal, se for também comunitária: só pode ser a minha fé, se viver e se mover no «nós» da Igreja, se for a nossa fé, a fé comum da única Igreja.

Aos domingos, durante a Santa Missa, recitando o «Credo», nós expressamo-nos em primeira pessoa, mas confessamos comunitariamente a única fé da Igreja. O «Credo» pronunciado singularmente une-se ao de um imenso coro no tempo e no espaço, no qual cada um contribui, por assim dizer, para uma polifonia concorde na fé. O Catecismo da Igreja Católica resume de modo claro: «“Crer” é um acto eclesial. A fé da Igreja precede, gera, apoia e nutre a nossa fé. A Igreja é a Mãe de todos os crentes. “Ninguém pode dizer que tem Deus como Pai se não tiver a Igreja como Mãe” [São Cipriano]» (n. 181). Portanto, a fé nasce na Igreja, conduz para ela e vive nela. É importante recordar isto.

No início do acontecimento cristão, quando o Espírito Santo desce com poder sobre os discípulos, no dia de Pentecostes — como narram os *Actos dos Apóstolos* (cf. 2, 1-13) — a Igreja nascente recebe a força para actuar a missão que lhe foi confiada pelo Senhor ressuscitado: difundir o Evangelho em todos os cantos da terra, a boa nova do Reino de Deus, e, deste modo, guiar todos os homens para o encontro com Ele, para a fé que salva. Os Apóstolos superam todos os temores proclamando o que tinham ouvido, visto, experimentado pessoalmente com Jesus. Pelo poder do Espírito Santo, iniciam a falar línguas novas, anunciando abertamente o mistério do qual foram testemunhas. Depois nos *Actos dos Apóstolos* é-nos referido o grande discurso que Pedro pronuncia precisamente no dia de Pentecostes. Ele começa com um trecho do profeta Joel (3, 1-5), referindo-o a Jesus, e proclamando o núcleo central da fé cristã: Aquele que beneficiou todos, que foi reconhecido junto de Deus com prodígios e sinais importantes, foi pregado na cruz e morreu, mas Deus ressuscitou-o dos mortos, constituindo-o Senhor e Cristo. Com Ele entrámos na salvação definitiva anunciada pelos profetas e quem invocar o seu nome será salvo (cf. *Act 2*, 17-24). Ao ouvir estas palavras de Pedro, muitos se sentiram pessoalmente interpelados, arrependeram-se dos próprios pecados e fizeram-se baptizar,

recebendo o dom do Espírito Santo (cf. *Act* 2, 37-41). Assim iniciou o caminho da Igreja, comunidade que transmite este anúncio no tempo e no espaço, comunidade que é o Povo de Deus fundado na nova aliança graças ao sangue de Cristo e cujos membros não pertencem a um particular grupo social ou étnico, mas são homens e mulheres provenientes de todas as nações e culturas. É um povo «católico», que fala línguas novas, universalmente aberto a acolher todos, além dos confins, abatendo todas as barreiras. Diz são Paulo: «Não há mais grego nem judeu, nem circunciso nem incircunciso, nem bárbaro nem cita, nem escravo nem livre, mas Cristo, que é tudo em todos» (*Cl* 3, 11).

Portanto, desde os primórdios a Igreja é o lugar da fé, da transmissão da fé, o lugar no qual, pelo Baptismo, nos imergimos no Mistério Pascal da Morte e da Ressurreição de Cristo, que nos liberta da prisão do pecado, nos doa a liberdade de filhos e nos introduz na comunhão com o Deus trinitário. Ao mesmo tempo, estamos imersos na comunhão com os outros irmãos e irmãs de fé, com o inteiro Corpo de Cristo, tirados do nosso isolamento. O Concílio Vaticano II recorda: «Deus quis salvar e santificar os homens não individualmente nem sem qualquer vínculo entre si, mas quis constituir com eles um povo, que O reconhecesse na verdade e O servisse fielmente» (Const. dogm. *Lumen gentium*, 9). Mencionando ainda a Liturgia do Baptismo vemos que na conclusão das promessas nas quais expressamos a renúncia ao mal e repetimos «creio» às verdades da fé, o celebrante declara: «Esta é a nossa fé, esta é a fé da Igreja que nos gloriamos de professar em Jesus Cristo nosso Senhor». A fé é virtude teologal, doada por Deus, mas transmitida pela Igreja ao longo da história. O próprio são Paulo, escrevendo aos Coríntios, afirma que lhes comunicou o Evangelho que por sua vez também ele tinha recebido (cf. *1 Cor* 15, 3).

Há uma corrente ininterrupta de vida da Igreja, de anúncio da Palavra de Deus, de celebração dos Sacramentos, que chega até nós e à qual chamamos Tradição. Ela dá-nos a garantia de que cremos na mensagem originária de Cristo, transmitida pelos Apóstolos. O núcleo do anúncio primordial é o evento da Morte e Ressurreição do Senhor, do qual brota todo o património da fé. Diz o concílio: «A pregação apostólica, que está exposta de um modo especial nos livros inspirados, devia conservar-se até ao fim dos tempos, por uma sucessão contínua» (Const. dogm. *Dei Verbum*, 8). Deste modo, se

a Sagrada Escritura contém a Palavra de Deus, a Tradição da Igreja a conserva-a e transmite-a fielmente, para que os homens de todas as épocas possam aceder aos seus imensos recursos e se enriqueçam com os seus tesouros de graça. Assim a Igreja «na sua doutrina, na sua vida e no seu culto transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que ela acredita» (*ibidem*).

Enfim, gostaria de realçar que é na comunidade eclesial que a fé pessoal cresce e amadurece. É interessante observar como no Novo Testamento a palavra «santos» designa os cristãos no seu conjunto, mas certamente nem todos tinham as qualidades para ser declarados santos pela Igreja. Que se desejava então indicar com este termo? O facto de que os tinham e viviam a fé em Cristo ressuscitado foram chamados a tornar-se um ponto de referência para todos os outros, pondo-os assim em contacto com a Pessoa e com a Mensagem de Jesus, que revela a face do Deus vivo. E isto vale também para nós: um cristão que se deixa guiar e plasmar gradualmente pela fé da Igreja, não obstante as suas debilidades, os seus limites e dificuldades, torna-se como uma janela aberta à luz do Deus vivo, que recebe esta luz e a transmite ao mundo. O Beato João Paulo II na Encíclica *Redemptoris missio* afirmava que «a missão renova a Igreja, revigora a fé e a identidade cristã, dá-lhe novo entusiasmo e novas motivações. É dando a fé que ela se fortalece!» (n. 2).

Portanto, a tendência hoje difundida a relegar a fé na esfera do privado contradiz a sua própria natureza. Precisamos de uma Igreja para confirmar a nossa fé e fazer experiência dos dons de Deus: a sua Palavra, os Sacramentos, o apoio da graça e o testemunho do amor. Assim o nosso «eu» no «nós» da Igreja poderá sentir-se, ao mesmo tempo, destinatário e protagonista de um evento que o supera: a experiência da comunhão com Deus, que funda a comunhão entre os homens. Num mundo no qual o individualismo parece regular as relações entre as pessoas, tornando-as cada vez mais frágeis, a fé chama-nos a ser Povo de Deus, a ser Igreja, portadores do amor e da comunhão de Deus por todo o género humano (cf. Const. past. *Gaudium et spes*, 1). Obrigado pela atenção.

Praça de São Pedro

Quarta-feira, 7 de Novembro de 2012

O Ano da Fé. O desejo de Deus

Queridos irmãos e irmãs,

O caminho de reflexão que estamos a fazer juntos neste Ano da fé leva-nos hoje a meditar sobre um aspecto fascinante da experiência humana e cristã: o homem leva consigo um desejo misterioso de Deus. De uma forma significativa, o Catecismo da Igreja Católica inicia precisamente com a seguinte consideração: «Desejar a Deus é um sentimento inscrito no coração do homem, porque o homem foi criado por Deus e para Deus. Deus não cessa de atrair o homem a Si e só em Deus é que o homem encontra a verdade e a felicidade que não se cansa de procurar» (n. 27).

Esta afirmação, que também hoje em muitos contextos culturais parece ser totalmente partilhável, quase óbvia, poderia ao contrário parecer uma provocação no âmbito da cultura ocidental secularizada. Com efeito, muitos nossos contemporâneos poderiam objectar que não sentem minimamente tal desejo de Deus. Em amplos sectores da sociedade Ele já não é o esperado, o desejado, mas sim uma realidade que deixa indiferentes, face à qual nem sequer se deve fazer o esforço de se pronunciar. Na realidade, aquele que definimos «desejo de Deus» não desapareceu totalmente e apresenta-se ainda hoje, de muitas formas, ao coração do homem. O desejo humano tende sempre para determinados bens concretos, muitas vezes tudo menos que bens espirituais, e todavia encontra-se face à pergunta acerca do que é de veras «o» bem, e por conseguinte confronta-se com algo que é outra coisa e não é o eu, que o homem não pode construir, mas está chamado a reconhecer. O que pode de veras saciar o desejo do homem?

Na minha primeira encíclica, Deus caritas est, procurei analisar como este dinamismo se realiza na experiência do amor humano, experiência que na nossa época é mais facilmente sentida como momento de êxtase, de sair de si, como lugar no qual o homem sente que é atravessado por um desejo

que o supera. Através do amor, o homem e a mulher experimentam de maneira nova, um graças ao outro, a grandeza e a beleza da vida e do real. Se o que experimento não é uma simples ilusão, se deveras quero o bem do outro como caminho também para o meu bem, então devo estar disposto a descentralizar-me, a pôr-me ao seu serviço, até à renúncia de mim mesmo. Por conseguinte, a resposta à questão acerca do sentido da experiência do amor passa através da purificação e da cura do querer, exigida pelo próprio bem que se quer ao outro. Devemos exercitar-nos, treinar-nos, até corrigir-nos, para que aquele bem possa deveras ser querido.

O êxtase inicial traduz-se assim em peregrinação, «êxodo permanente do eu fechado em si mesmo para a sua libertação no dom de si e, precisamente dessa forma, para o reencontro de si mesmo, mais ainda para a descoberta de Deus» (Enc. *Deus caritas est*, 6). Através deste caminho poderá progressivamente aprofundar-se para o homem o conhecimento daquele amor que inicialmente tinha experimentado. E assim vai-se delineando cada vez mais o mistério que ele representa: de facto, nem sequer a pessoa amada é capaz de saciar o desejo que se aninha no coração humano, aliás, quanto mais autêntico é o amor para o outro, tanto mais ele deixa abrir a interrogação acerca da sua origem e do seu destino, acerca da possibilidade que ele tem de durar para sempre. Por conseguinte, a experiência humana do amor tem em si um dinamismo que remete para além de si mesmo, é experiência de um bem que leva a sair de si e a encontrar-se diante do mistério que envolve toda a existência.

Poder-se-iam fazer também considerações análogas em relação a outras experiências humanas, tais como a amizade, a experiência do que é belo, o amor pelo conhecimento: cada bem experimentado pelo homem tende para o mistério que envolve o próprio homem; cada desejo que se apresenta ao coração humano faz-se eco de um desejo fundamental que nunca é plenamente saciado. Sem dúvida, deste desejo profundo, que esconde também algo de enigmático, não se pode chegar directamente à fé. O homem, em síntese, conhece bem o que não o sacia, mas não pode imaginar ou definir o que lhe faria experimentar aquela felicidade da qual leva no coração as saudades. Não se pode conhecer Deus só a partir do desejo do homem. Sob este ponto de vista permanece o mistério: o homem é indagador do Absoluto, um indagador que dá passos pequenos e incertos. E

contudo, já a experiência do desejo, do «coração inquieto» como lhe chamava santo Agostinho, é bastante significativa. Ela confirma-nos que o homem é, no profundo, um ser religioso (cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 28), um «mendigo de Deus». Podemos dizer com as palavras de Pascal: «O homem supera infinitamente o homem» (*Pensamentos*, ed. Chevalier 438; ed. Brunschvicg 434). Os olhos reconhecem os objectos quando eles estão iluminados pela luz. Eis por que o desejo de conhecer a própria luz, que faz brilhar as coisas do mundo e com elas acende o sentido da beleza.

Por conseguinte devemos considerar que seja possível também na nossa época, aparentemente tão insensível à dimensão transcendente, abrir um caminho rumo ao autêntico sentido religioso da vida, que mostra como o dom da fé não é absurdo, não é irracional. Seria de grande utilidade, para este fim, promover uma espécie de pedagogia do desejo, quer para o caminho de quem ainda não crê, quer para quem já recebeu o dom da fé. Uma pedagogia que inclui pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, aprender ou voltar a aprender o gosto pelas alegrias autênticas da vida. Nem todas as satisfações produzem em nós o mesmo efeito: algumas deixam uma marca positiva, são capazes de pacificar o ânimo, tornam-nos mais activos e generosos. Outras, ao contrário, depois da luz inicial, parecem desiludir as expectativas que tinham suscitado e por vezes deixam atrás de si amargura, insatisfação ou um sentido de vazio. Educar desde a tenra idade para saborear as alegrias verdadeiras, em todos os âmbitos da existência — a família, a amizade, a solidariedade com quem sofre, a renúncia ao próprio eu para servir o próximo, o amor ao conhecimento, à arte, às belezas da natureza — tudo isto significa exercer o gosto interior e produzir anticorpos eficazes contra a banalização e o nivelamento hoje difundidos. Também os adultos precisam de redescobrir estas alegrias, de desejar realidades autênticas, purificando-se da mediocridade na qual podem encontrar-se envolvidos. Tornar-se-á então mais fácil deixar cair ou rejeitar tudo o que, mesmo se é aparentemente atraente, ao contrário se revela insípido, fonte de enebriamento e não de liberdade. E isto fará sobressair aquele desejo de Deus do qual estamos a falar.

Um segundo aspecto, que caminha a par com o precedente, é nunca se contentar com aquilo que se alcançou. Precisamente as alegrias mais verdadeiras são capazes de libertar em nós aquela inquietação sadia que

leva a ser mais exigentes — querer um bem maior, mais profundo — e ao mesmo tempo sentir com clareza cada vez maior que nada de finito pode colmar o nosso coração. Assim aprenderemos a tender, desarmados, para aquele bem que não podemos construir ou obter com as nossas forças; a não nos deixarmos desencorajar pela fadiga ou pelos obstáculos que provêm do nosso pecado.

A este propósito não devemos esquecer contudo que o dinamismo do desejo está sempre aberto à redenção. Também quando ele se adentra por caminhos desviados, quando persegue paraísos artificiais e parece perder a capacidade de ansiar pelo bem verdadeiro. Também no abismo do pecado não se apaga no homem aquela centelha que lhe permite reconhecer o verdadeiro bem, saboreá-lo, e assim iniciar um percurso de subida, no qual Deus, com o dom da sua graça, nunca deixa faltar a sua ajuda. De resto, todos temos necessidade de percorrer um caminho de purificação e de cura do desejo. Somos peregrinos rumo à pátria celeste, rumo àquele bem pleno, eterno, que nada jamais nos poderá extirpar. Por conseguinte, não se trata de sufocar o desejo que se encontra no coração do homem, mas de o libertar, para que possa alcançar a sua verdadeira altura. Quando no desejo se abre a janela em direcção a Deus, isto já é sinal da presença da fé no ânimo, fé que é uma graça de Deus. Sempre santo Agostinho afirmava: «Com a expectativa, Deus alarga o nosso desejo, com o desejo alarga o ânimo e dilatando-o torna-o mais capaz» (*Comentário à Primeira carta de João*, 4, 6; pl 35, 2009).

Nesta peregrinação, sintamo-nos irmãos de todos os homens, companheiros de viagem também de quantos não crêem, de quem está à procura, de quem se deixa interrogar com sinceridade pelo dinamismo do próprio desejo de verdade e de bem. Rezemos, neste *Ano da fé*, para que Deus mostre o seu rosto a quantos o procuram com coração sincero. Obrigado.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 14 de Novembro de 2012

O ano da fé. Os caminhos para chegar ao conhecimento de Deus

Queridos irmãos e irmãs,

Na quarta-feira passada reflectimos sobre o desejo de Deus que o ser humano leva no profundo de si mesmo. Hoje gostaria de continuar a aprofundar este aspecto, meditando brevemente convosco sobre alguns caminhos para chegar ao conhecimento de Deus. Contudo, gostaria de recordar que a iniciativa de Deus precede sempre todas as iniciativas do homem e, também no caminho rumo a Ele, é Ele em primeiro lugar quem nos ilumina, orienta e guia, respeitando sempre a nossa liberdade. E é sempre Ele quem nos faz entrar na sua intimidade, revelando-se e doando-nos a graça para poder acolher esta revelação na fé. Nunca esqueçamos a experiência de santo Agostinho: não somos nós que possuímos a Verdade depois de a termos procurado, mas é a Verdade que nos procura e nos possui.

Todavia, há caminhos que podem abrir o coração do homem ao conhecimento de Deus, sinais que conduzem para Deus. Certamente, com frequência corremos o risco de sermos ofuscados pelo cintilar da vida mundana, que nos torna menos capazes de percorrer tais caminhos ou de ler tais sinais. Contudo, Deus não se cansa de nos procurar, é fiel ao homem que criou e salvou, permanece próximo da nossa vida, porque nos ama. Esta é uma certeza que nos deve acompanhar todos os dias, mesmo se determinadas mentalidades difundidas dificultam que a Igreja e o cristão comuniquem a alegria do Evangelho a cada criatura e levem todos ao encontro com Jesus, único Salvador do mundo. Todavia, esta é a nossa missão, é a missão da Igreja e todos os crentes devem vivê-la jubilosamente, sentindo-a como própria, através de uma existência animada verdadeiramente pela fé, marcada pela caridade, pelo serviço a Deus e aos outros, e capaz de irradiar esperança. Esta missão resplandece sobretudo na santidade para a qual todos somos chamados.

Hoje — sabemos-lo — não faltam dificuldades e provações para a fé, frequentemente pouco compreendida, contestada e rejeitada. São Pedro dizia aos seus cristãos: «Estai sempre prontos a responder, para a vossa defesa, com doçura e respeito, a todo aquele que vos perguntar a razão da vossa esperança» (1 Pd 3, 15). No passado, no Ocidente, numa sociedade considerada cristã, a fé era o âmbito no qual ela se movia; a referência e a adesão a Deus eram, para a maioria das pessoas, parte da vida quotidiana. Ao contrário, era quem não acreditava que devia justificar a própria incredulidade. No nosso mundo a situação mudou e cada vez mais o crente deve ser capaz de dizer a razão da sua fé. O beato João Paulo II, na Encíclica *Fides et ratio*, realçava o modo como a fé é posta à prova também na época contemporânea, atravessada por formas súbtis e capciosas de ateísmo teórico e prático (cf. nn. 46-47). A partir do Iluminismo, a crítica à religião intensificou-se; a história foi marcada também pela presença de sistemas ateus, nos quais Deus era considerado uma mera projecção do ânimo humano, uma ilusão e o produto de uma sociedade já alterada por tantas alienações. Depois, o século passado conheceu um forte processo de secularismo, sob a bandeira da autonomia absoluta do homem, considerado como medida e artífice da realidade, mas empobrecido do seu ser criatura «à imagem e semelhança de Deus». No nosso tempo verificou-se um fenómeno particularmente perigoso para a fé: de facto, existe uma forma de ateísmo que definimos «prático», no qual não se negam as verdades da fé ou os ritos religiosos, mas simplesmente se consideram irrelevantes para a existência quotidiana, destacadas da vida, inúteis. Então, com frequência, cremos em Deus de modo superficial, e vivemos «como se Deus não existisse» (*etsi Deus non daretur*). Mas, no final este modo de viver resulta ainda mais destrutivo, porque leva à indiferença à fé e à questão de Deus.

Na realidade, o homem separado de Deus reduz-se a uma só dimensão, a horizontal, e precisamente este reducionismo é uma das causas fundamentais dos totalitarismos que tiveram consequências trágicas no século passado, assim como a crise de valores que vemos na realidade actual. Obscurecendo a referência a Deus obscureceu-se também o horizonte ético, abrindo espaço ao relativismo e confirmando-se uma concepção ambígua da liberdade que em vez de ser liberatória acaba por ligar o homem a ídolos. As tentações que Jesus enfrentou no deserto antes da sua missão pública, representam bem aqueles «ídolos» que fascinam o

homem, quando não vai além de si mesmo. Se Deus perder a centralidade, o homem perde o seu justo lugar, e não encontra a sua colocação na criação, nas relações com os outros. Não se extinguiu o que a sabedoria antiga evoca com o mito de Prometeu: o homem pensa que pode tornar-se ele mesmo «deus», dono da vida e da morte.

Diante deste quadro, a Igreja, fiel ao mandato de Cristo, nunca cessa de afirmar a verdade sobre o homem e sobre o seu destino. O Concílio Vaticano II afirma sinteticamente que: «O aspecto mais sublime da dignidade humana encontra-se na vocação do homem à união com Deus. Começa com a existência o convite que Deus dirige ao homem para dialogar com Ele: se o homem existe é porque Deus o criou por amor e, por amor, não cessa de o conservar na existência; e o homem não vive plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente este amor e não se entregar inteiramente ao seu criador» (Const. *Gaudium et spes*, 19).

Então, que respostas está a fé chamada a dar, com «doçura e respeito», ao ateísmo, ao cepticismo, à indiferença pela dimensão vertical, para que o homem do nosso tempo possa continuar a interrogar-se sobre a existência de Deus e a percorrer os caminhos que levam a Ele? Gostaria de mencionar alguns caminhos, que derivam tanto da reflexão natural, como da própria força da fé. Gostaria de os resumir muito sinteticamente em três palavras: o mundo, o homem e a fé.

A primeira: o mundo. Santo Agostinho, que na sua vida procurou a Verdade por muito tempo e foi arrebatado pela Verdade, escreveu uma página lindíssima e célebre, na qual disse: «Perscruta a beleza da terra, do mar, do ar rarefeito e onde quer que se expanda; perscruta a beleza do céu... e todas as realidades. Todas te responderão: olha para nós e vê como somos bonitas. A sua beleza é como um hino de louvor. Ora, estas criaturas tão bonitas, mas também mutáveis, quem as fez se não aquele que é a beleza inalterável? (*Sermo* 241, 2: PL 38, 1134). Penso que devemos recuperar e fazer recuperar ao homem de hoje a capacidade de contemplar a criação, a sua beleza, a sua estrutura. O mundo não é um magma amorfo, mas quanto mais o conhecemos e descobrimos os seus mecanismos maravilhosos, tanto mais vemos um desígnio, vemos que existe uma inteligência criadora. Albert Einstein disse que nas leis da natureza «se revela uma razão tão

superior que toda a racionalidade do pensamento e dos ordenamentos humanos em comparação é um reflexo absolutamente insignificante» (*O Mundo como eu o vejo*). Portanto, um primeiro caminho que leva à descoberta de Deus é a contemplação da criação com um olhar atento.

A segunda palavra: o homem. É sempre de santo Agostinho a frase célebre com a qual diz que Deus é mais íntimo de mim de quanto eu o seja de mim mesmo (cf. *Confissões* III, 6, 11). A partir disto ele formulou o convite: «Não saias de ti mesmo, entra em ti mesmo: a verdade habita no homem interior» (*De vera religione*, 39, 72). Este é outro aspecto que corremos o risco de perder no mundo ruidoso e dispersivo no qual vivemos: a capacidade de reflectir, de meditar em profundidade e de detectar aquela sede de infinito que trazemos no íntimo, que nos impele a ir além e nos remete para Alguém que a possa satisfazer. O *Catecismo da Igreja Católica* afirma: «Com a sua abertura à verdade e à beleza, com o seu sentido do bem moral, com a sua liberdade e a voz da sua consciência, com a sua ânsia de infinito e de felicidade, o homem interroga-se sobre a existência de Deus» (n. 33).

A terceira palavra: a fé. Sobretudo na realidade do nosso tempo, não devemos esquecer que um caminho que leva ao conhecimento e ao encontro com Deus é a vida da fé. Quem crê está unido a Deus, está aberto à sua graça e à força da caridade. Assim a sua existência torna-se testemunho não de si mesmo, mas do Ressuscitado, e a sua fé não teme mostrar-se na vida quotidiana, está aberta ao diálogo que expressa profunda amizade pelo caminho de cada homem, e sabe dar esperança a necessidade de resgate, de felicidade e de futuro. De facto, a fé é encontro com Deus que fala e age na história e que converte a nossa vida diária, transformando a nossa mentalidade, juízos de valor, escolhas e acções concretas. Não é ilusão, fuga da realidade, refúgio cómodo, sentimentalismo, mas é participação de toda a vida e é anúncio do Evangelho, Boa Nova capaz de libertar o homem todo. Um cristão e uma comunidade que sejam activos e fiéis ao projecto de Deus que nos amou em primeiro lugar, constituem um caminho privilegiado para quantos vivem na indiferença e na dúvida acerca da sua existência e acção. Contudo, isto exige que o testemunho de fé de cada um se torne cada vez mais transparente, purificando a própria vida para que esteja em conformidade com Cristo. Hoje muitos têm uma concepção limitada da fé

cristã porque a identificam com um mero sistema de crença e de valores e não com a verdade de um Deus que se revelou na história, desejoso de comunicar intimamente com o homem, numa relação de amor com ele. Na realidade, como fundamento de toda a doutrina e valor está o evento do encontro do homem com Deus em Jesus Cristo. O Cristianismo, antes de uma moral ou de uma ética, é o acontecimento do amor, é o acolhimento da pessoa de Jesus. Por isso o cristão e as comunidades cristãs antes de mais devem olhar e fazer olhar para Cristo, o verdadeiro Caminho que leva a Deus.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 21 de Novembro de 2012

Ano da Fé. O bom senso da fé em Deus

Estimados irmãos e irmãs,

Caminhemos em frente neste Ano da fé, levando no nosso coração a esperança de redescobrir quanta alegria existe em crer e em reencontrar o entusiasmo de comunicar a todos as verdades da fé. Estas verdades não constituem uma simples mensagem acerca de Deus, uma informação particular sobre Ele. Ao contrário, exprimem o acontecimento do encontro de Deus com os homens, encontro salvífico e libertador, que realiza as aspirações mais profundas do homem, os seus anseios de paz, de fraternidade e de amor. A fé leva a descobrir que o encontro com Deus valoriza, aperfeiçoa e eleva aquilo que existe de verdadeiro, de bom e de belo no homem. Assim acontece que, enquanto Deus se revela e se deixa conhecer, o homem descobre quem é Deus e, conhecendo-o, descobre-se a si mesmo, a própria origem, o seu destino, a grandeza e a dignidade da vida humana.

A fé permite um saber autêntico sobre Deus, que abrange toda a pessoa humana: é um “*saber*”, ou seja de um conhecer que confere sabor à vida, um novo gosto de existir, um modo jubiloso de estar no mundo. A fé manifesta-se no dom de si pelos outros, na fraternidade que torna o homem solidário, capaz de amar, vencendo a solidão que o torna triste. Por isso, este conhecimento de Deus através da fé não é unicamente intelectual, mas vital. É o conhecimento de Deus-Amor, graças ao seu próprio amor. Além disso, o amor de Deus faz ver, abre os olhos, permite conhecer toda a realidade, para além das perspectivas limitadas do individualismo e do subjectivismo que desorientam as consciências. Por isso, o conhecimento de Deus é experiência de fé e implica, ao mesmo tempo, um caminho intelectual e moral: tocados profundamente pela presença do Espírito de Jesus em nós, ultrapassamos os horizontes dos nossos egoísmos e abrimo-nos aos verdadeiros valores da existência.

Hoje, nesta catequese, gostaria de meditar sobre o bom senso da fé em Deus. Desde os primórdios, a tradição católica rejeitou o chamado fideísmo, que é a vontade de crer contra a razão. *Credo quia absurdum* (creio, porque é absurdo) não é uma fórmula que interpreta a fé católica. Com efeito, Deus não é absurdo, eventualmente é mistério. O mistério por sua vez não é irracional, mas superabundância de sentido, de significado, de verdade. Se, olhando para o mistério, a razão vê obscuridade, não é porque no mistério não haja luz, mas sobretudo porque há demasiada. Assim como quando o olhar do homem se volta directamente para o sol, só vê trevas; mas quem diria que o sol não é luminoso, aliás, a fonte da luz? A fé permite olhar para o «sol», Deus, porque é acolhimento da sua revelação na história e, por assim dizer, recebe verdadeiramente toda a luminosidade do mistério de Deus, reconhecendo o grande milagre: Deus aproximou-se do homem, ofereceu-se ao seu conhecimento, condescendendo com o limite criatural da sua razão (cf. Concílio Ecuménico Vaticano II, Constituição dogmática *Dei Verbum*, 13). Ao mesmo tempo Deus, com a sua graça, ilumina a razão, abre-lhe horizontes novos, incomensuráveis e infinitos. Por isso, a fé constitui um estímulo a procurar sempre, a nunca parar nem se contentar com a descoberta inesgotável da verdade e da realidade. É falso o preconceito de certos pensadores modernos, segundo os quais a razão humana seria como que bloqueada pelos dogmas da fé. É verdade precisamente o contrário, como os grandes mestres da tradição católica demonstraram. Antes da sua conversão, santo Agostinho procura a verdade com grande inquietação, através de todas as filosofias disponíveis, julgando-as todas insatisfatórias. A cansativa busca racional é para ele uma pedagogia significativa para o encontro com a Verdade de Cristo. Quando diz: «compreende para crer, e crê para compreender» (*Discurso* 43, 9: *PL* 38, 258), é como se narrasse a própria experiência de vida. Diante da Revelação divina, intelecto e fé não são alheios nem antagonistas, mas ambos são condições para compreender o sentido da mesma, para acolher a sua mensagem autêntica, aproximando-se do limiar do mistério. Juntamente com muitos outros autores cristãos, santo Agostinho é testemunha de uma fé que se exerce com a razão, que pensa e convida a pensar. Neste sulco, santo Anselmo dirá no seu *Proslogion* que a fé católica é *fides quaerens intellectum*, onde o procurar a inteligência é um acto interior do crer. Será principalmente são Tomás de Aquino — fortalecido por esta tradição — que se confrontará com a razão dos filósofos, mostrando quanta vitalidade

racional nova e fecunda deriva para o pensamento humano da inserção dos princípios e das verdades da fé cristã.

Portanto, a fé católica é razoável e nutre confiança também na razão humana. Na Constituição dogmática *Dei Filius*, o Concílio Vaticano I afirmou que a razão é capaz de conhecer com certeza a existência de Deus através do caminho da criação, enquanto à fé pertence só a possibilidade de conhecer «facilmente, com certeza absoluta e sem erro» (ds 3005) as verdades que dizem respeito a Deus, à luz da graça. Além disso, o conhecimento da fé não é contrário à recta razão. Com efeito, na Encíclica *Fides et ratio*, o Beato Papa João Paulo II resume assim: «A razão do homem não é anulada nem humilhada, quando presta assentimento aos conteúdos de fé; é que estes são alcançados por decisão livre e consciente» (n. 43). No desejo irresistível de verdade, somente uma relação harmoniosa entre fé e razão é o caminho recto que conduz a Deus e ao pleno cumprimento de si mesmo.

Esta doutrina é facilmente reconhecível em todo o Novo Testamento. Como ouvimos, escrevendo aos cristãos de Corinto, são Paulo afirma: «Os judeus pedem milagres, os gregos reclamam a sabedoria; mas nós pregamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos» (1 Cor 1, 22-23). Com efeito, Deus salvou o mundo não com um gesto de poder, mas mediante a humilhação do seu Filho unigénito: segundo os parâmetros humanos, a modalidade insólita actuada por Deus não condiz com as exigências da sabedoria grega. E no entanto, a Cruz de Cristo tem uma sua razão, que são Paulo chama: *auho lógos tou strou*, “a palavra da cruz” (1 Cor 1, 18). Aqui, o termo lógos indica tanto a palavra como a razão e, se alude à palavra, é porque expressa verbalmente o que a razão elabora. Portanto, Paulo vê na Cruz não um acontecimento irracional, mas um acontecimento salvífico que possui um seu bom senso reconhecível à luz da fé. Ao mesmo tempo, ele tem tanta confiança na razão humana, a ponto de se admirar pelo facto de que muitos, mesmo vendo as obras realizadas por Deus, se obstinam a não acreditar n’Ele. Na *Carta aos Romanos* diz: «Com efeito, as... perfeições invisíveis [de Deus], o seu poder e divindade sempiternos, tornam-se visíveis à inteligência, através das suas obras» (1, 20). Assim, também são Pedro exorta os cristãos da diáspora a adorar «Cristo Senhor nos vossos corações. Estai sempre prontos a

responder, para a vossa defesa, a todo aquele que vos perguntar a razão da vossa esperança» (1 Pd 3, 15). Num clima de perseguição e de forte exigência de testemunhar a fé, aos fiéis pede-se que justifiquem com motivações fundadas a sua adesão à palavra do Evangelho, que expliquemos a razão da nossa esperança.

É nestas premissas acerca do nexos fecundo entre compreender e crer que se funda inclusive a relação virtuosa entre ciência e fé. Como vemos, a pesquisa científica leva ao conhecimento de verdades sempre novas sobre o homem e o cosmos. O verdadeiro bem da humanidade, acessível na fé, abre o horizonte no qual se deve mover o seu caminho de descoberta. Portanto devem ser encorajadas, por exemplo, as investigações postas ao serviço da vida, que visam debelar as enfermidades. São importantes também as pesquisas destinadas a descobrir os segredos do nosso planeta e do universo, na consciência de que o homem está no ápice da criação não para a explorar insensatamente, mas para a preservar e tornar habitável. Assim a fé, vivida realmente, não entra em conflito com a ciência, aliás, coopera com ela, oferecendo critérios basilares a fim de que promova o bem de todos, pedindo-lhe que renuncie apenas àquelas tentativas que — opondo-se ao desígnio originário de Deus — podem produzir efeitos que se voltam contra o próprio homem. Também por isso é razoável acreditar: se a ciência é uma aliada preciosa da fé para a compreensão do desígnio de Deus no universo, a fé permite que o progresso científico se realize sempre para o bem e para a verdade do homem, permanecendo fiel a este mesmo desígnio.

Eis por que motivo é decisivo para o homem abrir-se à fé e conhecer Deus e o seu desígnio de salvação em Jesus Cristo. No Evangelho é inaugurado um novo humanismo, uma autêntica «gramática» do homem e de toda a realidade. O *Catecismo da Igreja Católica* afirma: «A verdade de Deus é a sua sabedoria, que comanda toda a ordem da criação e governo do mundo. Só Deus que, sozinho, “criou o céu e a terra” (Sl 115, 15), pode dar o conhecimento verdadeiro de todas as coisas criadas na sua relação com Ele» (n. 216).

Então, confiamos que o nosso compromisso na evangelização ajuda a dar uma renovada centralidade ao Evangelho na vida de muitos homens e mulheres do nosso tempo. E oremos a fim de que todos voltem a encontrar

em Cristo o sentido da existência e o fundamento da verdadeira liberdade: com efeito, sem Deus o homem perde-se a si próprio. Os testemunhos de quantos nos precederam e dedicaram a sua vida ao Evangelho confirmam-no para sempre. Crer é razoável, está em jogo a nossa existência. Vale a pena despende-se por Cristo, o único que sacia os desejos de verdade e de bem arraigados na alma de cada homem: agora, no tempo que passa, e no dia sem ocaso da Eternidade bem-aventurada.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 28 de Novembro de 2012

Queridos irmãos e irmãs,

A interrogação central que hoje levantamos é a seguinte: como falar de Deus no nosso tempo? Como comunicar o Evangelho, para abrir caminhos à sua verdade salvífica nos corações muitas vezes fechados dos nossos contemporâneos e nas suas mentes por vezes distraídas pelas numerosas luzes da sociedade? O próprio Jesus, dizem-nos os evangelistas, ao anunciar o Reino de Deus, interrogou-se acerca disto: «A quem compararemos o Reino de Deus? Ou com que parábola o representaremos?» (*Mc* 4, 30). Como falar de Deus hoje? A primeira resposta é que nós podemos falar de Deus, porque Ele falou connosco. Portanto, a primeira condição para falar de Deus é a escuta daquilo que o próprio Deus disse. Deus falou connosco! Por conseguinte, Deus não é uma hipótese distante sobre a origem do mundo; não é uma inteligência matemática muito distante de nós. Deus interessa-se por nós, ama-nos, entrou pessoalmente na realidade da nossa história e comunicou-se a si mesmo a ponto de se encarnar. Portanto, Deus é uma realidade da nossa vida, é tão grande que tem tempo também para nós, preocupa-se connosco. Em Jesus de Nazaré nós encontramos o rosto de Deus, que desceu do seu Céu para se imergir no mundo dos homens, no nosso mundo, e para ensinar a «arte de viver», o caminho da felicidade; para nos libertar do pecado e para nos tornar filhos de Deus (cf. *Ef* 1, 5; *Rm* 8, 14). Jesus veio para nos salvar e para nos mostrar a vida boa do Evangelho.

Falar de Deus quer dizer, antes de tudo, ter bem claro o que devemos levar aos homens e às mulheres do nosso tempo: não um Deus abstracto, uma hipótese, mas um Deus concreto, um Deus que existe, que entrou na história e está presente na história; o Deus de Jesus Cristo como resposta à pergunta fundamental do porquê e do como viver. Por isso, falar de Deus exige uma familiaridade com Jesus e com o seu Evangelho, supõe um nosso conhecimento pessoal e real de Deus, e uma forte paixão pelo seu desígnio de salvação, sem ceder à tentação do sucesso, mas seguindo o método do

próprio Deus. O método de Deus é o da humildade — Deus faz-se um de nós — é o método realizado na Encarnação na simples casa de Nazaré e na gruta de Belém, o da parábola do pequeno grão de mostarda. É preciso não temer a humildade dos pequenos passos e confiar no fermento que se mistura com a massa e que, lentamente, a faz crescer (cf. *Mt* 13, 33). Ao falar de Deus, na obra de evangelização, sob a guia do Espírito Santo, é necessária uma recuperação de simplicidade, um retorno ao essencial do anúncio: a Boa Notícia de um Deus que é real e concreto, um Deus que se interessa por nós, um Deus-Amor que se faz próximo de nós em Jesus Cristo até à Cruz, e que na Ressurreição nos doa a esperança e nos abre para uma vida que não tem fim, a vida eterna, a vida verdadeira. Aquele comunicador extraordinário que foi o apóstolo Paulo oferece-nos uma lição que vai precisamente ao cerne da fé, do problema de «como falar de Deus» com grande simplicidade. Na Primeira Carta aos Coríntios, ele escreve: «Também eu, quando fui ter convosco, irmãos, não fui com o prestígio da eloquência nem da sabedoria, anunciar-vos o testemunho de Deus. Julguei não dever saber coisa alguma entre vós, senão Jesus Cristo, e Jesus Cristo crucificado» (2, 1-2). Portanto, a primeira realidade é que Paulo não fala de uma filosofia por ele desenvolvida, não fala de ideias que encontrou alhures ou que inventou, mas fala de uma realidade da sua vida, fala do Deus que entrou na sua vida, fala de um Deus real que vive, falou com Ele e falará connosco, fala do Cristo crucificado e ressuscitado. A segunda realidade é que Paulo não se procura a si mesmo, não quer criar para si um grupo de admiradores, não quer entrar na história como chefe de uma escola de grandes conhecimentos, não se procura a si mesmo, mas são Paulo anuncia Cristo e deseja conquistar as pessoas para o Deus verdadeiro e real. Paulo fala só com o desejo de anunciar aquilo que entrou na sua vida, e que é a vida autêntica, que o arrebatou no caminho de Damasco. Portanto, falar de Deus quer dizer reservar espaço Àquele que no-lo faz conhecer, que nos revela o seu rosto de amor; quer dizer expropriar o próprio eu, oferecendo-o a Cristo, na consciência de que não somos nós que podemos conquistar os outros para Deus, mas devemos esperá-los do próprio Deus, invocá-los dele. Portanto, falar de Deus nascer da escuta, do nosso conhecimento de Deus que se realiza na familiaridade com Ele, na vida da oração e segundo os Mandamentos.

Comunicar a fé, para são Paulo, não significa anunciar-se a si mesmo, mas dizer aberta e publicamente aquilo que viu e sentiu no encontro com Cristo, quanto experimentou na sua existência já transformada por aquele encontro: é anunciar aquele Jesus que sente presente em si e que se tornou a verdadeira orientação da sua vida, para levar todos a compreender que Ele é necessário para o mundo e é decisivo para a liberdade de cada homem. O apóstolo não se contenta com proclamar palavras, mas envolve toda a sua existência na grande obra da fé. Para falar de Deus, é necessário reservar-lhe espaço, na confiança de que é Ele quem age na nossa debilidade: reservar-lhe espaço sem medo, com simplicidade e alegria, na convicção profunda de que quanto mais O pusermos no centro, Ele e não nós, tanto mais a nossa comunicação será frutuosa. E isto é válido também para as comunidades cristãs: elas são chamadas a mostrar a acção transformadora da graça de Deus, superando individualismos, fechamentos, egoísmos, indiferenças e vivendo o amor Deus nos relacionamentos quotidianos. Perguntemo-nos se as nossas comunidades são verdadeiramente assim. Temos que agir, para nos tornarmos sempre e realmente assim, anunciadores de Cristo e não de nós mesmos.

Nesta altura, temos que nos interrogar como o próprio Jesus comunicava. Na sua unicidade, Jesus fala do seu Pai — Abbá — e do Reino de Deus, com o olhar cheio de compaixão pelas necessidades e dificuldades da existência humana. Fala com grande realismo e, diria, o essencial do anúncio de Jesus é que torna transparente o mundo e a nossa vida tem valor para Deus. Jesus demonstra que no mundo e na criação transparece o rosto de Deus e mostra-nos que Deus está presente nas histórias quotidianas da nossa vida. Quer nas parábolas da natureza, o grão de mostarda, o campo com diversas sementes, quer na nossa vida, pensamos na parábola do filho pródigo, de Lázaro e noutras parábolas de Jesus. Dos Evangelhos nós vemos como Jesus se interessa por cada situação humana que Ele encontra, se imerge na realidade dos homens e das mulheres do seu tempo, com uma confiança plena na ajuda do Pai. E que realmente nesta história, de modo escondido, Deus está presente e, se prestarmos atenção, podemos encontrá-lo. E os discípulos que vivem com Jesus, as multidões que O encontram, vêem a sua reacção aos problemas mais diversos, vêem como Ele fala, como se comporta; vêem nele a obra do Espírito Santo, a acção de Deus. Nele anúncio e vida entrelaçam-se: Jesus age e ensina, começando sempre a

partir de uma relação íntima com Deus Pai. Este estilo torna-se uma indicação essencial para nós, cristãos: o nosso modo de viver na fé e na caridade torna-se um falar de Deus no presente, porque mostra com uma existência vivida em Cristo a credibilidade, o realismo daquilo que dizemos com palavras, que não são apenas palavras, mas demonstram a realidade, a realidade verdadeira. E nisto devemos estar atentos a captar os sinais dos tempos na nossa época, ou seja, a identificar as potencialidades, os desejos, os obstáculos que se encontram na cultura actual, de modo particular o desejo de autenticidade, o anseio pela transcendência, a sensibilidade pela salvaguarda da criação, e comunicar sem temor a resposta oferecida pela fé em Deus. O Ano da fé é ocasião para descobrir, com a fantasia animada pelo Espírito Santo, novos percursos a níveis pessoal e comunitário, a fim de que em cada lugar a força do Evangelho seja sabedoria de vida e orientação da existência.

Também no nosso tempo, um lugar privilegiado para falar de Deus é a família, a primeira escola para comunicar a fé às novas gerações. O Concílio Vaticano II fala dos pais como dos primeiros mensageiros de Deus (cf. Constituição dogmática Lumen gentium, 11; Decreto Apostolicam actuositatem, 11), chamados a redescobrir esta sua missão, assumindo a responsabilidade de educar, de abrir as consciências dos pequeninos ao amor de Deus, como um serviço fundamental à sua vida, de ser os primeiros catequistas e mestres da fé para os seus filhos. E nesta tarefa é importante antes de tudo a vigilância, que significa saber aproveitar as ocasiões favoráveis para introduzir na família o discurso de fé e para fazer amadurecer uma reflexão crítica em relação aos numerosos condicionamentos aos quais os filhos estão submetidos. Esta atenção dos pais é também sensibilidade de entender as possíveis interrogações religiosas presentes no espírito dos filhos, às vezes evidentes, outras, escondidas. Depois, a alegria: a comunicação da fé deve ter sempre uma tonalidade de alegria. É a alegria pascal, que não se cala, nem oculta a realidade da dor, do sofrimento, do cansaço, da dificuldade, da incompreensão e da própria morte, mas sabe oferecer os critérios para interpretar tudo na perspectiva da esperança cristã. A vida boa do Evangelho é precisamente este novo olhar, esta capacidade de ver cada situação com os olhos do próprio Deus. É importante ajudar todos os membros da família a compreender que a fé não é um peso, mas uma fonte

de júbilo profundo, é entender a obra de Deus, reconhecer a presença do bem, que não faz ruído; e oferece orientações preciosas para viver bem a própria existência. Enfim, a *capacidade de escuta e de diálogo*: a família deve ser um ambiente em que as pessoas aprendem a estar juntas, a recompor os contrastes no diálogo recíproco, que é feito de escuta e de palavra, a compreender-se e a amar-se, para ser um sinal mútuo do amor misericordioso de Deus.

Portanto, falar de Deus quer dizer fazer compreender com a palavra e com a vida que Deus não é o concorrente da nossa existência, mas sobretudo o seu verdadeiro garante, o protector da grandeza da pessoa humana. Assim voltamos ao início: falar de Deus é comunicar, com força e simplicidade, com a palavra e a vida, aquilo que é essencial: o Deus de Jesus Cristo, aquele Deus que nos mostrou um amor tão grande, a ponto de se encarnar, morrer e ressuscitar por nós; aquele Deus que pede para O seguir e para se deixar transformar pelo seu amor imenso, para renovar a nossa vida e os nossos relacionamentos; aquele Deus que nos concedeu a Igreja, para caminharmos juntos e, através da Palavra e dos Sacramentos, renovarmos toda a Cidade dos homens, a fim de que ela possa tornar-se Cidade de Deus.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 5 de Dezembro de 2012

O Ano da Fé. Deus revela o seu "desígnio de benevolência"

Queridos irmãos e irmãs,

No início da sua Carta aos cristãos de Éfeso (cf. 1, 3-14), o apóstolo Paulo eleva uma prece de bênção a Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos introduz na vivência do tempo de Advento, no contexto do Ano da fé. O tema deste hino de louvor é o projecto de Deus a respeito do homem, definido com termos repletos de alegria, de enlevo e de acção de graças, como um «desígnio de benevolência» (v. 9), de misericórdia e de amor.

Por que motivo o Apóstolo eleva a Deus, do profundo do seu coração, esta bênção? Porque vê o seu agir na história da salvação, culminado na encarnação, morte e ressurreição de Jesus, e contempla como o Pai celeste nos escolheu ainda antes da criação do mundo, para sermos seus filhos adoptivos. No seu Filho Unigénito, Jesus Cristo (cf. *Rm* 8, 14s.; *Gl* 4, 4 s.). Nós existimos desde a eternidade na mente de Deus, num grande desígnio que Deus conservou em si mesmo e que decidiu pôr em prática e revelar «na plenitude dos tempos» (cf. *Ef* 1, 10). Por conseguinte, são Paulo faz-nos compreender como toda a criação e, de modo particular, o homem e a mulher, não são fruto do acaso, mas correspondem a um desígnio de benevolência da razão eterna de Deus que, com o poder criador e redentor da sua Palavra, dá origem ao mundo. Esta primeira afirmação recorda-nos que a nossa vocação não consiste simplesmente em existir no mundo, em sermos inseridos numa história, e nem sequer apenas em sermos criaturas de Deus; é algo ainda maior: é o facto de termos sido escolhidos por Deus, ainda antes da criação do mundo, no seu Filho Jesus Cristo. Portanto nele nós existimos — por assim dizer — desde sempre. Deus contempla-nos em Cristo, como filhos adoptivos. O «desígnio de benevolência» de Deus, que é qualificado pelo Apóstolo como «desígnio de amor» (*Ef* 1, 5), é definido «o mistério» da vontade divina (cf. v. 9), escondido e agora manifestado na Pessoa e na obra de Jesus Cristo. A iniciativa divina precede toda a resposta

humana: trata-se de um dom gratuito do seu amor, que nos envolve e nos transforma.

Mas qual é a finalidade derradeira deste desígnio misterioso? Qual é o centro da vontade de Deus? É aquele — diz-nos são Paulo — de «reconduzir a Cristo, única Cabeça, todas as coisas» (v. 10). Nesta expressão nós encontramos uma das formulações fulcrais do Novo Testamento, que nos fazem compreender o desígnio de Deus, o seu projecto de amor pela humanidade inteira, uma formulação que, no século ii, santo Ireneu de Lião inseriu como núcleo da sua cristologia: «recapitular» toda a realidade em Cristo. Talvez alguns de vós se recordem da fórmula utilizada pelo Papa São Pio x, para a consagração do mundo ao Sagrado Coração de Jesus: «*Instaurare omnia in Christo*», fórmula que se inspira nesta expressão paulina e que era também o lema daquele santo Pontífice. No entanto, o Apóstolo fala mais precisamente de recapitulação do universo em Cristo, e isto significa que no grande desígnio da criação e da história, Jesus Cristo eleva-se como centro de todo o caminho do mundo, eixo principal de tudo, que atrai a si toda a realidade, para superar a dispersão e o limite, e reconduzir tudo à plenitude desejada por Deus (cf. *Ef* 1, 23).

Este «desígnio de benevolência» não permaneceu, por assim dizer, no silêncio de Deus, na altura do seu Céu, mas fê-lo conhecer entrando em relação com o homem, ao qual não revelou apenas algo, mas revelou-se a si mesmo. Ele não comunicou simplesmente um conjunto de verdades, mas comunicou-se a si mesmo, a ponto de se fazer um de nós, até se encarnar. O Concílio Ecuménico Vaticano ii na Constituição dogmática *Dei Verbum* diz: «Aprova a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo [não apenas a algum aspecto de si, mas a Ele próprio] e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. *Ef* 1, 9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e tornam-se participantes da natureza divina» (n. 2). Deus não só diz algo, mas comunica-se a si mesmo, atrai-nos na natureza divina, de tal modo que nós somos envolvidos nela, que somos divinizados. Deus revela o seu grande desígnio de amor, entrando em relação com o homem, aproximando-se dele a ponto de se fazer Ele mesmo homem. O Concílio acrescenta: «Deus invisível... na riqueza do seu amor fala aos homens como a amigos (cf. *Êx* 33, 11; *Jo* 15, 14-15) e convive com eles (cf. *Br* 3, 38) para os convidar e

admitir à comunhão com Ele» (*Ibidem*). Unicamente com a sua inteligência e com as suas capacidades, o homem não teria podido alcançar esta revelação tão luminosa do amor de Deus; foi Deus que abriu o seu Céu e se humilhou para orientar o homem rumo ao abismo do seu amor.

São Paulo escreve ainda aos cristãos de Corinto: «Coisas que os olhos não viram, nem os ouvidos ouviram, nem o coração humano imaginou... tais são os bens que Deus tem preparado para aqueles que O amam. Todavia, Deus no-las revelou pelo seu Espírito, porque o Espírito penetra tudo, mesmo as profundezas de Deus» (1 Cor 2, 9-10). E São João Crisóstomo, numa célebre página de comentário do início da *Carta aos Efésios*, convida a saborear toda a beleza deste «desígnio de benevolência» de Deus revelado em Cristo, com as seguintes palavras: «O que te falta? Tornaste-te imortal, tornaste-te livre, tornaste-te filho, tornaste-te justo, tornaste-te irmão, tornaste-te co-herdeiro; reinas com Cristo e com Cristo és glorificado. Tudo nos foi doado e — como está escrito — «como não nos dará também com Ele todas as coisas?» (Rm 8, 32). As tuas primícias (cf. 1 Cor 15, 20.23) são adoradas pelos anjos [...]: o que é que te falta?» (pg 62, 11).

Esta comunhão em Cristo, por obra do Espírito Santo, oferecida por Deus a todos os homens com a luz da Revelação, não é algo que vem a sobrepor-se acima da nossa humanidade, mas constitui o cumprimento das aspirações mais profundas, daquele desejo de infinito e de plenitude que se abriga no íntimo do ser humano, abrindo-o a uma felicidade não momentânea nem limitada, mas eterna. São Boaventura de Bagnoregio, referindo-se a Deus que se revela e nos fala através das Sagradas Escrituras para nos conduzir a Ele, faz a seguinte afirmação: «A Sagrada Escritura é [...] o livro no qual estão escritas palavras de vida eterna para que não apenas acreditemos, mas também possuamos a vida eterna, na qual veremos, amaremos e serão realizados todos os nossos desejos» (*Breviloquium*, Prol.; *Opera Omnia* vv. 201 s.). Finalmente, o Beato Papa João Paulo II recordava que «a Revelação coloca dentro da história um ponto de referência de que o homem não pode prescindir, se quiser chegar a compreender o mistério da sua existência; mas, por outro lado, este conhecimento apela constantemente para o mistério de Deus que a mente

não consegue abarcar, mas apenas receber e acolher na fé» (Encíclica *Fides et ratio*, 14).

Nesta perspectiva, o que é portanto o acto da fé? É a resposta do homem à Revelação de Deus, que se faz conhecer, que manifesta o seu desígnio de benevolência; é, para utilizar uma expressão agostiniana, deixar-se conquistar pela Verdade que é Deus, uma Verdade que é Amor. Por isso, são Paulo ressalta que é a Deus, que revelou o seu mistério, que se deve «a obediência da fé» (*Rm* 16, 26; cf. 1, 5; *2 Cor* 10, 5-6), a atitude mediante a qual «o homem se entrega total e livremente a Deus, oferecendo a Deus revelador o obséquio pleno da inteligência e da vontade... e prestando voluntário assentimento à sua revelação» (Constituição dogmática *Dei Verbum*, 5). Tudo isto leva a uma mudança fundamental no modo de se relacionar com toda a realidade; tudo aparece numa luz nova; por conseguinte, trata-se de uma verdadeira «conversão», pois a fé consiste numa «mudança de mentalidade», porque o Deus que se revelou em Jesus Cristo e faz conhecer o seu desígnio de amor, conquista-nos, atrai-nos e torna-se o sentido que sustém a vida, a rocha sobre a qual ela pode encontrar estabilidade. No Antigo Testamento encontramos uma densa expressão sobre a fé, que Deus confia ao profeta Isaías a fim de que a comunique ao rei de Judá, Acaz. Deus afirma: «Se não acreditardes — ou seja, se não permanecerdes fiéis a Deus — não conseguireis subsistir» (*Is* 7, 9b). Portanto, existe um vínculo entre o estar e o compreender, que expressa bem o modo como a fé é um acolher na própria vida a visão de Deus sobre a realidade, deixar que seja Deus a orientar-nos com a sua Palavra e os seus Sacramentos para compreendermos o que devemos realizar, qual é o caminho que devemos percorrer, como havemos de viver. Mas ao mesmo tempo, é precisamente o compreender em conformidade com Deus, o ver com os seus olhos, que torna a nossa vida estável, que nos permite «permanecer de pé» e não cair.

Estimados amigos, o Advento, o tempo litúrgico ao qual há pouco demos início e que nos prepara para o Santo Natal, coloca-nos diante do mistério luminoso da vinda do Filho de Deus, do grandioso «desígnio de benevolência» com o qual Ele deseja atrair-nos a si, para nos fazer viver em plena comunhão de alegria e de paz com Ele. O Advento convida-nos mais uma vez, no meio de tantas dificuldades, a renovar a certeza de que Deus

está presente: Ele entrou no mundo, fazendo-se um de nós, para levar à plenitude o seu plano de amor. E Deus pede-nos que, também nós, nos tornemos um sinal da sua obra no mundo. Através da nossa fé, da nossa esperança e da nossa caridade, Ele quer entrar no mundo sempre de novo e, sempre de novo, deseja fazer resplandecer a sua luz na nossa noite.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 12 de Dezembro de 2012

O Ano da Fé. As etapas da Revelação

Queridos irmãos e irmãs,

Na catequese passada falei da Revelação de Deus, como comunicação que Ele faz de Si mesmo e do seu desígnio de benevolência e de amor. Esta Revelação de Deus insere-se no tempo e na história dos homens: história que se torna «o lugar onde podemos constatar a obra de Deus em favor da humanidade. Ele vem ter connosco, servindo-se daquilo que nos é mais familiar e mais fácil de verificar, ou seja, o nosso contexto quotidiano, fora do qual não conseguiríamos entender-nos» (João Paulo II, Encíclica *Fides et ratio*, 12).

O evangelista são Marcos — como ouvimos — cita com termos claros e sintéticos, os momentos iniciais da pregação de Jesus: «Completo-se o tempo e o Reino de Deus está próximo» (*Mc 1, 15*). *O que ilumina e dá sentido pleno à história do mundo e do homem começa a resplandecer na gruta de Belém; é o Mistério que contemplaremos daqui a pouco, no Natal: a salvação que se realiza em Jesus Cristo. Em Jesus de Nazaré Deus manifesta o seu rosto e pede a decisão do homem de o reconhecer e seguir. O revelar-se de Deus na história, para entrar em relação de diálogo de amor com o homem, dá um novo sentido a todo o caminho humano. A história não é um simples suceder-se de séculos, anos e dias, mas é o tempo de uma presença que lhe confere pleno significado, abrindo-a a uma esperança sólida.*

Onde podemos ler as etapas desta Revelação de Deus? A Sagrada Escritura é o lugar privilegiado para descobrir os acontecimentos deste caminho, e gostaria — mais uma vez — de convidar todos, neste Ano da fé, a tomar nas mãos mais frequentemente a Bíblia para a ler e meditar, e a prestar maior atenção às Leituras da Missa dominical; tudo isto constitui um alimento precioso para a nossa fé.

Lendo o Antigo Testamento podemos ver que as intervenções de Deus na história do povo que Ele escolhe para Si e com o qual estabelece aliança não são eventos que passam e caem no esquecimento, mas tornam-se «memória», constituem juntos a «história da salvação», conservada viva na consciência do povo de Israel através da celebração dos acontecimentos salvíficos. Assim, no *Livro do Êxodo* o Senhor indica a Moisés que celebre o grande momento da libertação da escravidão do Egito, a Páscoa judaica, com estas palavras: «Conservareis a memória daquele dia, celebrando-o com uma festa em honra do Senhor: fareis isso de geração em geração, pois é uma instituição perpétua» (12, 14). Para todo o povo de Israel, recordar o que Deus realizou torna-se uma espécie de imperativo constante, para que o transcorrer do tempo seja marcado pela memória viva dos acontecimentos passados, que assim formam, dia após dia, de novo a história e permanecem presentes. No *Livro do Deuterónimo*, Moisés dirige-se ao povo, dizendo: «Cuida de nunca esqueceres o que viste com os teus olhos, e toma cuidado para que isso nunca saia do teu coração, enquanto viveres; e ensina-o aos teus filhos, e aos filhos dos teus filhos» (4, 9). E assim diz também a nós: «Cuida de nunca esqueceres o que Deus fez por nós». A fé é alimentada pela descoberta e pela memória do Deus sempre fiel, que guia a história e constitui o fundamento seguro e estável sobre o qual apoiar a própria vida. Também o cântico do *Magnificat*, que a Virgem Maria eleva a Deus, é um exemplo excelso desta história da salvação, desta memória que torna e mantém presente o agir de Deus. Maria exalta o agir misericordioso de Deus no caminho concreto do seu povo, a fidelidade às promessas de aliança feitas a Abraão e à sua descendência; e tudo isto é memória viva da presença divina que nunca esmorece (cf. *Lc* 1, 46-55).

Para Israel, o Êxodo é o evento histórico central em que Deus revela o seu agir poderoso. Deus liberta os israelitas da escravidão do Egito, para que possam regressar à Terra prometida e adorá-lo como Senhor único e verdadeiro. Israel não se põe a caminho para ser um povo como os outros — para ter também ele uma independência nacional — mas para servir Deus no culto e na vida, a fim de criar para Deus um lugar onde o homem lhe é obediente, onde Deus está presente e é adorado no mundo; e, naturalmente, não só para eles, mas para o testemunhar no meio dos outros povos. Celebrar este evento é torná-lo presente e actual, porque a obra de Deus não desfalece. Ele é fiel ao seu desígnio de libertação e continua a

persegui-lo, a fim de que o homem possa reconhecer e servir o seu Senhor e responder com fé e amor ao seu agir.

Portanto, Deus revela-se não só no gesto primordial da criação, mas entrando na nossa história, na história de um pequeno povo que não era o mais numeroso, nem o mais forte. E esta Revelação de Deus, que continua na história, culmina em Jesus Cristo: Deus, o *Logos*, a Palavra criadora que está na origem do mundo, encarnou em Jesus e mostrou o verdadeiro rosto de Deus. Em Jesus realizam-se todas as promessas, nele culmina a história de Deus com a humanidade. Quando lemos a narração dos dois discípulos a caminho de Emaús, escrita por São Lucas, vemos como sobressai de modo claro que a pessoa de Cristo ilumina o Antigo Testamento, toda a história da salvação, e mostra o grande desígnio unitário dos dois Testamentos, indica o caminho da sua unicidade. Com efeito, Jesus explica aos dois viandantes confusos e decepcionados, que Ele é o cumprimento de todas as promessas: «E começando por Moisés, percorrendo todos os profetas, explicava-lhes o que dele se fora dito em todas as Escrituras» (24, 27). O evangelista cita a exclamação dos dois discípulos depois de ter reconhecido que aquele companheiro de viagem era o Senhor: «Não ardia o nosso coração, quando Ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?» (v. 32).

O *Catecismo da Igreja Católica* resume as etapas da Revelação divina, indicando sinteticamente o seu desenvolvimento (cf. nn. 54-64): Deus convidou o homem desde os primórdios a uma comunhão íntima consigo, e até quando o homem, pela sua própria desobediência, perdeu a sua amizade, Deus não o quis abandonar ao poder da morte, mas ofereceu muitas vezes aos homens a sua aliança (cf. *Missal Romano*, Oração eucarística IV). O *Catecismo* percorre o caminho de Deus com o homem, desde a aliança com Noé depois do dilúvio, até à chamada de Abraão, a sair da sua terra para fazer dele pai de uma multidão de povos. Deus forma Israel como seu povo, através do evento do Êxodo, a aliança do Sinai e o dom, por meio de Moisés, da Lei para ser reconhecido e servido como o único Deus vivo e verdadeiro. Com os profetas, Deus guia o seu povo na esperança da salvação. Conhecemos — através de Isaías — o «segundo Êxodo», o regresso do exílio da Babilónia para a própria terra, a refundação do povo; mas ao mesmo tempo, muitos permanecem na dispersão e assim tem início a universalidade desta fé. No final, já não se espera apenas um rei, David,

um filho de David, mas um «Filho do homem», a salvação de todos os povos. Realizam-se encontros entre as culturas, primeiro com a Babilónia e a Síria, depois também com a multidão grega. Assim vemos como o caminho de Deus se amplia, se abre cada vez mais para o Mistério de Cristo, Rei do universo. Em Cristo realiza-se finalmente a Revelação na sua plenitude, o desígnio de benevolência de Deus: Ele mesmo faz-se um de nós.

Detive-me a fazer memória do agir de Deus na história do homem, para mostrar as etapas deste grande desígnio de amor testemunhado no Antigo e no Novo Testamento: um único desígnio de salvação dirigido à humanidade inteira, progressivamente revelado e realizado pelo poder de Deus, onde Deus reage sempre às respostas do homem e encontra novos inícios de aliança quando o homem se perde. Isto é fundamental no caminho de fé. Estamos no tempo litúrgico do *Advento*, que nos prepara para o Santo Natal. Como todos nós sabemos, o termo «Advento» significa «vinda», «presença», e no passado indicava precisamente a chegada do rei ou do imperador a uma determinada província. Para nós, cristãos, esta palavra indica uma realidade maravilhosa e impressionante: o próprio Deus cruzou o seu Céu e debruçou-se sobre o homem; estabeleceu uma aliança com ele, entrando na história de um povo; Ele é o rei que desceu nesta pobre província que é a terra e concedeu-nos a sua visita assumindo a nossa carne, tornando-se homem como nós. O *Advento* convida-nos a percorrer o caminho desta presença e recorda-nos sempre de novo que Deus não saiu do mundo, não está ausente, não nos abandonou a nós mesmos, mas vem ao nosso encontro de vários modos, que devemos aprender a discernir. E também nós, com a nossa fé, a nossa esperança e a nossa caridade, somos chamados todos os dias a divisar e testemunhar esta presença no mundo muitas vezes superficial e distraído, e a fazer resplandecer na nossa vida a luz que iluminou a gruta de Belém. Obrigado!

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 19 de Dezembro de 2012

Virgem Maria. Ícone da fé obediente

Queridos irmãos e irmãs,

No caminho do Advento, a Virgem Maria ocupa um lugar especial, como Aquela que de maneira singular esperou a realização das promessas de Deus, acolhendo na fé e na carne Jesus, o Filho de Deus, em plena obediência à vontade divina. Hoje, gostaria de meditar brevemente convosco a propósito da fé de Maria, a partir do grande mistério da Anunciação. «*Chaîre kecharitomene, ho Kyrios meta sou*», «Ave, cheia de graça, o Senhor está contigo!» (Lc 1, 28). São estas as palavras — citadas pelo evangelista Lucas — com as quais o arcanjo Gabriel se dirige a Maria. À primeira vista, o termo *chaîre*, “ave”, parece uma saudação normal, usual no âmbito grego, mas estas palavras, se forem lidas no contexto da tradição bíblica, adquirem um significado muito mais profundo. Este mesmo termo aparece quatro vezes na versão grega do Antigo Testamento e sempre como anúncio de alegria pela vinda do Messias (cf. *Sf* 3, 14; *Gl* 2, 21; *Zc* 9, 9; *Lm* 4, 21). Portanto, a saudação do anjo a Maria constitui um convite à alegria, a um júbilo profundo, anuncia o fim da tristeza que existe no mundo, diante do limite da vida, do sofrimento, da morte, da maldade e da obscuridade do mal que parece ofuscar a luz da bondade divina. Trata-se de uma saudação que marca o início do Evangelho, da Boa Nova. Mas por que Maria é convidada a alegrar-se deste modo? A resposta encontra-se na segunda parte da saudação: “o Senhor está contigo”. Também aqui, para compreender bem o sentido desta expressão, devemos consultar o Antigo Testamento. No *Livro de Sofonias* encontramos esta expressão: «Alegra-te, filha de Sião... O rei de Israel, que é o Senhor, está no meio de ti... O Senhor teu Deus está no meio de ti como Salvador poderoso» (3, 14-17). Nestas palavras existe uma promessa dupla feita a Israel, à filha de Sião: Deus virá como Salvador e fará a sua morada precisamente no meio do seu povo, no ventre da filha de Sião. No diálogo entre o anjo e Maria realiza-se exactamente esta promessa: Maria é identificada com o povo desposado por

Deus, é verdadeiramente a Filha de Sião em pessoa; é nela que se cumpre a expectativa da vinda definitiva de Deus, é nela que o Deus vivo faz a sua morada. Na saudação do anjo, Maria é chamada «cheia de graça»; em grego o termo «graça», *charis*, tem a mesma raiz linguística da palavra «alegria». Também nesta expressão é ulteriormente esclarecida a nascente do alegrar-se de Maria: o júbilo provém da graça, ou seja, deriva da comunhão com Deus, do facto de manter um vínculo tão vital com Ele, a ponto de ser morada do Espírito Santo, totalmente plasmada pela obra de Deus. Maria é a criatura que de modo singular abriu totalmente a porta ao seu Criador, colocando-se nas suas mãos sem quaisquer limites. Ela vive inteiramente *da* e *na* relação com o Senhor; põe-se em atitude de escuta, atenta a captar os sinais de Deus no caminho do seu povo; está inserida numa história de fé e de esperança nas promessas de Deus, que constitui o tecido da sua existência. E submete-se de maneira livre à palavra recebida, à vontade divina na obediência da fé. O evangelista Lucas narra a vicissitude de Maria através de um paralelismo requintado com a vicissitude de Abraão. Do mesmo modo como o grande Patriarca é o pai dos crentes, que respondeu à chamada de Deus para sair da terra em que vivia, das suas seguranças, para começar a percorrer o caminho rumo a uma terra desconhecida e possuída só na promessa divina, assim Maria entrega-se com plena confiança à palavra que lhe anuncia o mensageiro de Deus, tornando-se modelo e mãe de todos os crentes. Gostaria de sublinhar mais um aspecto importante: a abertura da alma a Deus e à sua obra na fé inclui também o elemento da obscuridade. A relação do ser humano com Deus não cancela a distância entre Criador e criatura, não elimina aquilo que o apóstolo Paulo afirma perante as profundezas da sabedoria de Deus: «Quão impenetráveis são os seus juízos e inexploráveis os seus caminhos!» (*Rm* 11, 33). Mas precisamente aquele que — como Maria — está aberto de modo total a Deus, consegue aceitar a vontade divina, ainda que seja misteriosa, embora muitas vezes não corresponda à própria vontade e seja uma espada que trespassa a alma, como profeticamente o velho Simeão dirá a Maria no momento em que Jesus é apresentado no Templo (cf. *Lc* 2, 35). O caminho de fé de Abraão abrange o momento de alegria pelo dom do filho Isaac, mas inclusive o momento da obscuridade, quando deve subir ao monte Moriá para cumprir um gesto paradoxal: Deus pede-lhe que sacrifique o filho que lhe tinha acabado de doar. No monte, o anjo ordena-lhe: «Não estendas a tua mão sobre o menino, e não lhe faças nada; agora sei que temes a Deus, e

não me negaste o teu filho, o teu único filho» (*Gn 22, 12*); a confiança plena de Abraão no Deus fiel às promessas não esmorece nem sequer quando a sua palavra é misteriosa e difícil, quase impossível, de aceitar. É assim que acontece para Maria, pois a sua fé vive a alegria da Anunciação, mas passa inclusive através da obscuridade da crucifixão do seu Filho, para poder chegar até à luz da Ressurreição. Não é diferente inclusive para o caminho de fé de cada um de nós: encontramos momentos de luz, mas vivemos também outros nos quais Deus parece ausente; o seu silêncio pesa no nosso coração e a sua vontade não corresponde à nossa, àquilo que nós gostaríamos. Mas quanto mais nos abrimos a Deus, acolhermos o dom da fé, depositarmos totalmente nele a nossa confiança — como Abraão e como Maria — tanto mais Ele nos torna capazes, mediante a sua presença de viver cada situação da vida na paz e na certeza da sua fidelidade e do seu amor. No entanto, isto significa sair de nós mesmos e dos nossos projectos, a fim de que a Palavra de Deus seja a lâmpada orientadora dos nossos pensamentos e das nossas acções. Gostaria de reflectir ainda sobre um aspecto que sobressai das narrações sobre a Infância de Jesus, escritas por São Lucas. Maria e José levam o Filho a Jerusalém, ao Templo, para o apresentar e consagrar ao Senhor, como prescreve a lei de Moisés: «Todo o primogénito varão será consagrado ao Senhor» (cf. *Lc 2, 22-24*). Este gesto da Sagrada Família adquire um sentido ainda mais profundo, se o interpretarmos à luz da ciência evangélica de Jesus com doze anos que, depois de três dias de procura, é encontrado no Templo a dialogar com os doutores. Às palavras cheias de preocupação de Maria e José: «Filho, porque nos fizeste isto? Olha que teu pai e eu andávamos aflitos à tua procura», corresponde a resposta misteriosa de Jesus: «Por que me procuráveis? Não sabíeis que devia estar em casa de meu Pai?» (*Lc 2, 48-49*). Ou seja, na propriedade do Pai, na casa do Pai, como o é um filho. Maria deve renovar a fé profunda com que disse «sim» na Anunciação; deve aceitar que a precedência seja do verdadeiro Pai de Jesus; deve saber deixar livre aquele Filho que gerou, a fim de que siga a sua missão. E o «sim» de Maria à vontade de Deus, na obediência da fé, repete-se ao longo de toda a sua vida, até ao momento mais difícil da Cruz. Diante de tudo isto, podemos interrogar-nos: como foi que Maria conseguiu viver este caminho ao lado do Filho, com uma fé tão sólida, também nas obscuridades, sem perder a confiança completa na obra de Deus? Existe uma atitude de fundo que Maria assume perante aquilo que se verifica na

sua vida. Na Anunciação, Ela sente-se perturbada ao ouvir as palavras do anjo — trata-se do temor que o homem sente quando é tocado pela proximidade de Deus — mas não é a atitude de quantos têm medo diante daquilo que Deus pode pedir. Maria medita, interroga-se a respeito do significado de tal saudação (cf. *Lc* 1, 29). O termo grego utilizado no Evangelho para definir este «meditar», «dielogizeto», evoca a raiz da palavra «diálogo». Isto significa que Maria entra em diálogo íntimo com a Palavra de Deus que lhe foi anunciada, não a considera superficialmente, mas detém-se, deixa-a penetrar na sua mente e no seu coração para compreender aquilo que o Senhor deseja dela, o sentido do anúncio. Outra referência à atitude interior de Maria diante da obra de Deus encontramos-la, ainda no Evangelho de São Lucas, no momento da Natividade de Jesus, depois da adoração dos pastores. Afirma-se que Maria «conservava todas estas coisas, ponderando-as no seu coração» (*Lc* 2, 19); em grego, o termo é *symbolon*; poderíamos dizer que Ela «mantinha unidos», «reunia» no seu coração todos os eventos que lhe estavam a acontecer; colocava cada um dos elementos, cada palavra, cada acontecimento no interior do tudo confrontando-o, conservando-o e reconhecendo que tudo deriva da vontade de Deus. Maria não se limita a uma primeira compreensão superficial daquilo que acontece na sua vida, mas sabe olhar em profundidade, deixa-se interpelar pelos eventos, elabora-os, discerne-os e alcança aquele entendimento que só a fé pode garantir. É a humildade profunda da fé obediente de Maria, que acolhe em si mesma também aquilo que não compreende no agir de Deus, deixando que seja Deus quem abre a sua mente e o seu coração. «Feliz daquela que acreditou que teria cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor» (*Lc* 1, 45), exclama a sua prima Isabel. É precisamente pela sua fé, que todas as gerações lhe chamarão ditosa. Caros amigos, a solenidade do Natal do Senhor, que daqui a pouco celebraremos, convida-nos a viver esta mesma humildade e obediência de fé. A glória de Deus não se manifesta no triunfo e no poder de um rei, não resplandece numa cidade famosa, num palácio luxuoso, mas faz a sua morada no ventre de uma virgem, revela-se na pobreza de um menino. A onipotência de Deus, também na nossa vida, age com a força, muitas vezes silenciosa, da verdade e do amor. Então, a fé diz-nos que no final o poder indefeso daquele Menino vence o ruído das potências do mundo.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 2 de Janeiro de 2013

Foi concebido por obra do Espírito Santo

Queridos irmãos e irmãs,

O Natal do Senhor ilumina mais uma vez com a sua luz as trevas que muitas vezes envolvem o nosso mundo e nosso coração, e traz esperança e alegria. De onde vem esta luz? Da gruta de Belém, onde os pastores encontraram «Maria, José e o Menino, deitado na manjedoura» (Lc 2, 16). Diante desta Sagrada Família surge uma interrogação mais profunda: como pode aquele Menino pequenino e frágil ter trazido uma novidade tão radical ao mundo, a ponto de mudar o curso da história? Existe porventura algo de misterioso na sua origem, que vai mais além daquela gruta?

Assim, reemerge sempre de novo a interrogação sobre a origem de Jesus, a mesma que é feita pelo Procurador Pôncio Pilatos durante o processo: «De onde és Tu?» (Jo 19, 9). E no entanto, trata-se de uma origem bem clara. No Evangelho de João, quando o Senhor afirma: «Eu sou o pão que desceu do céu», os judeus reagem murmurando: «Não é porventura Ele Jesus, filho de José, de quem conhecemos o pai e a mãe? Portanto, como é que diz agora: “Desci do Céu?”» (Jo 6, 42). E, pouco mais tarde, os cidadãos de Jerusalém opõem-se vigorosamente diante da presumível messianidade de Jesus, afirmando que se sabe bem «de onde Ele é; Mas o Messias, ao contrário, quando vier, ninguém saberá de onde é» (Jo 7, 27). O próprio Jesus faz notar como é inadequada a pretensão deles de conhecer a Sua origem, e deste modo já oferece uma orientação para saber de onde Ele provém: «Não vim de mim mesmo; mas Aquele que me enviou, e que vós não conheceis, Ele é verdadeiro» (Jo 7, 28). Sem dúvida, Jesus é originário de Nazaré, nasceu em Belém, mas que se sabe da sua verdadeira origem?

Nos quatro Evangelhos sobressai claramente a resposta à pergunta «de onde» vem Jesus: a sua verdadeira origem é o Pai, Deus; Ele provém

totalmente d'Ele, de uma maneira diversa de qualquer profeta ou enviado de Deus que o tenha precedido. Esta origem do mistério de Deus, “que ninguém conhece”, está contida já nas narrações da infância, nos Evangelhos de Mateus e de Lucas, que estamos a ler neste tempo de Natal. O arcanjo Gabriel anuncia: «O Espírito Santo descera sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra. Por isso mesmo é que o Santo que vai nascer há-de chamar-se Filho de Deus» (Lc 1, 35). Nós repetimos estas palavras cada vez que recitamos o Credo, a Profissão de fé: «*Et incarnatus est de Spiritu Sancto, ex Maria Virgine*», «encarnou-se no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo». Diante desta frase ajoelhamo-nos porque o véu que ocultava é, por assim dizer, desvelado e o seu mistério insondável e inacessível nos toca: Deus torna-se o Emanuel, «o Deus conosco». Quando ouvimos as Missas compostas pelos grandes mestres da música sacra, penso por exemplo na Missa da Coroação, de Mozart, observamos imediatamente como eles fazem uma pausa de maneira particular nesta frase, como se quisessem procurar expressar com a linguagem universal da música aquilo que as palavras não conseguem manifestar: o grandioso mistério de Deus que se encarna, que se faz homem.

Se considerarmos atentamente a expressão «encarnou-se no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo», descobrimos que ela inclui quatro sujeitos em acção. De modo explícito, são mencionados o Espírito Santo e Maria, mas está também subentendido «Ele», ou seja o Filho, que se fez carne no seio da Virgem. Na Profissão de fé, o *Credo*, Jesus é definido com diversos apelativos: «Senhor... Cristo, Filho unigénito de Deus... Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro do Deus verdadeiro... da mesma substância do Pai» (*Credo niceno-constantinopolitano*). Em seguida, damo-nos conta que «Ele» remete para outra Pessoa, o Pai. Por conseguinte, o primeiro sujeito desta frase é o Pai que, com o Filho e com o Espírito Santo, é o único Deus.

Esta afirmação do *Credo* não diz respeito ao ser eterno de Deus, mas fala-nos sobretudo de uma acção na qual participam as três Pessoas divinas e que se realiza «*ex Maria Virgine*». Sem ela, a entrada de Deus na história da humanidade não teria alcançado a sua finalidade e não se teria realizado aquilo que é central na nossa Profissão de fé: Deus é um Deus conosco.

Assim, Maria pertence de modo irrenunciável à nossa fé no Deus que age, que entra na história. Ela põe à disposição toda a sua pessoa, «aceita» tornar-se lugar da morada de Deus.

Às vezes, também no caminho e na vida de fé, nós podemos sentir a nossa pobreza, a nossa inadequação perante o testemunho a oferecer ao mundo. Todavia, Deus escolheu precisamente uma mulher humilde, num povoado desconhecido, numa das províncias mais remotas do grande império romano. Sempre, mesmo no meio das dificuldades mais árduas a enfrentar, devemos ter confiança em Deus, renovando a fé na sua presença e na sua acção da nossa história, assim como na de Maria. Para Deus nada é impossível! Com Ele, a nossa existência caminha sempre num terreno seguro e está aberta a um futuro de esperança firme.

Professando no *Credo*: «Encarnou-se no seio da Virgem Maria por obra do Espírito Santo», nós afirmamos que o Espírito Santo, como força do Deus Altíssimo, realizou de forma misteriosa na Virgem Maria a concepção do Filho de Deus. O evangelista Lucas cita as palavras do arcanjo Gabriel: «O Espírito descerá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra» (1, 35). Duas evocações são evidentes: a primeira é no momento da criação. No início do *Livro do Génesis* lemos que «o Espírito de Deus movia-se sobre a superfície das águas» (1, 2); é o Espírito criador que deu vida a todas as coisas e ao ser humano. Aquilo que aconteceu em Maria, através da obra do mesmo Espírito divino, é uma nova criação: Deus, que do nada chamou o ser, mediante a Encarnação dá agora vida a um novo início da humanidade. Os Padres da Igreja falam diversas vezes de Cristo como do novo Adão, para sublinhar o início da nova criação a partir do nascimento do Filho de Deus no seio da Virgem Maria. Isto leva-nos a meditar sobre o modo como a fé traz, também a nós, uma novidade tão vigorosa, a ponto de produzir um segundo nascimento. Com efeito, no início do nosso ser cristãos está o Baptismo, que nos faz renascer como filhos de Deus, que nos faz participar na relação filial que Jesus tem com o Pai. E gostaria de observar que nós *recebemos* o Baptismo, ou seja, nós «somos baptizados» — é um passivo — porque ninguém é capaz de se tornar filho de Deus sozinho: trata-se de uma dádiva que nos é conferida gratuitamente. São Paulo evoca esta filiação adoptiva dos cristãos numa passagem central da sua *Carta aos Romanos*, onde escreve: «Na verdade,

todos aqueles que são movidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Porquanto, vós não recebestes um espírito de escravidão para voltardes a cair no temor; recebestes, pelo contrário, um espírito de adoção pelo qual chamamos: “Abá! Pai!”. O próprio Espírito dá testemunho, em união com o nosso espírito, de que somos filhos de Deus» (8, 14-16). Só abrindo-nos à obra de Deus, como Maria, e confiando a nossa vida ao Senhor como a um amigo em quem temos uma confiança total, é que tudo mudará, a nossa vida há-de adquirir um novo sentido e um novo rosto: o de filhos de um Pai que nos ama e nunca nos abandona.

Falámos de dois elementos: o primeiro é o Espírito, sobre a superfície das águas, o Espírito Criador; mas há um segundo elemento nas palavras da Anunciação. O arcanjo diz a Maria: «A força do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra». Trata-se de uma evocação da nuvem santa que, durante o caminho do êxodo, pairava sobre a tenda do encontro, sobre a arca da aliança, que o povo de Israel levava consigo, e que indicava a presença de Deus (cf. Êx 40, 34-38). Portanto, Maria é a nova tenda santa, a nova arca da aliança: mediante o seu «sim» às palavras do arcanjo, Deus recebe uma morada neste mundo, Aquele que o universo inteiro não pode conter adquire morada no ventre de uma virgem.

Então, voltemos à questão da qual partimos, a propósito da origem de Jesus, resumida, pela pergunta de Pilatos: «De onde és Tu?». Das nossas reflexões aparece claramente, desde o início dos Evangelhos, qual é a verdadeira origem de Jesus: Ele é o Filho Unigénito do Pai, Ele vem de Deus. Estamos diante do grande e extraordinário mistério que celebramos neste tempo de Natal: por obra do Espírito Santo, o Filho de Deus encarnou-se no seio da Virgem Maria. Trata-se de um anúncio que ressoa sempre novo e que traz consigo esperança e alegria ao nosso coração, porque nos dá a certeza de que, não obstante muitas vezes nos sintamos frágeis, pobres e incapazes diante das dificuldades e do mal do mundo, contudo o poder de Deus age sempre e realiza maravilhas precisamente na debilidade. A sua graça é a nossa força (cf. 2 Cor 12, 9-10). Obrigado!

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 9 de Janeiro de 2013

Fez-se homem

Queridos irmãos e irmãs,

Neste tempo natalício, voltamos a meditar mais uma vez sobre o grande mistério de Deus que desceu do seu Céu para entrar na nossa carne. Em Jesus, Deus encarnou-se, tornou-se homem como nós e assim abriu-nos o caminho para o seu Céu, rumo à plena comunhão com Ele.

Nestes dias, nas nossas igrejas ressoou inúmeras vezes o termo «Encarnação» de Deus, para expressar a realidade que celebramos no Santo Natal: o Filho de Deus fez-se homem, como recitamos no Credo. Mas o que significa esta palavra central para a fé cristã? Encarnação deriva do latim «incarnatio». Santo Inácio de Antioquia — no final do primeiro século — e, acima de tudo, santo Ireneu, utilizaram este termo, meditando acerca do Prólogo do Evangelho de são João, de modo particular sobre a expressão: «O Verbo fez-se carne» (*Jo* 1, 14). Aqui, a palavra «carne», em conformidade com o uso hebraico, indica o homem na sua integridade, o homem todo, mas precisamente sob o aspecto da sua caducidade e temporalidade, da sua pobreza e contingência. Isto, para nos dizer que a salvação trazida por Deus que se fez carne em Jesus de Nazaré atinge o homem na sua realidade concreta e em qualquer situação em que se encontre. Deus assumiu a condição humana para a purificar de tudo aquilo que a separa dele, para nos permitir chamá-lo, no seu Filho Unigénito, com o nome «Abá, Pai» e assim ser verdadeiramente filhos de Deus. Santo Ireneu afirma: «Este é o motivo pelo qual o Verbo se fez homem, e o Filho de Deus, Filho do homem: para que o homem, entrando em comunhão com o Verbo e recebendo assim a filiação divina, se tornasse filho de Deus» (*Adversus haereses*, 3, 19, 1: PG 7, 939; cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 460).

«O Verbo fez-se carne» é uma daquelas verdades com as quais estamos tão habituados que já quase não nos impressiona pela grandeza do acontecimento que ela exprime. E efectivamente neste período natalício, durante o qual tal expressão volta com frequência na liturgia, às vezes prestamos mais atenção aos aspectos exteriores, às «cores» da festa, do que ao coração da grandiosa novidade cristã que celebramos: algo absolutamente impensável, que só Deus podia realizar, e no qual podemos entrar só mediante a fé. O *Logos*, que está em Deus, o *Logos* que é Deus, o Criador do mundo (cf. *Jo* 1, 1), por Quem foram criadas todas as coisas (cf. 1, 3), que acompanhou e acompanha os homens na história com a sua luz (cf. 1, 4-5; 1, 9), torna-se um no meio dos outros, adquire morada entre nós, torna-se um de nós (cf. 1, 14). O Concílio Ecuménico Vaticano II afirma: «O Filho de Deus... Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, excepto no pecado» (Constituição *Gaudium et spes*, 22). Então, é importante recuperar a reverência diante deste mistério, deixar-se envolver pela grandeza deste acontecimento: Deus, o Deus verdadeiro, Criador de tudo, percorreu como homem as nossas estradas, entrando no tempo do homem, para nos comunicar a sua própria vida (cf. *1 Jo* 1, 1-4). E fê-lo não com o esplendor de um soberano que com o seu poder submete o mundo, mas com a humildade de um menino.

Gostaria de frisar um segundo elemento. No Santo Natal geralmente trocamos alguns dons com as pessoas mais próximas. Às vezes pode ser um gesto feito por convenção, mas em geral exprime carinho, é um sinal de amor e de estima. Na oração sobre o ofertório da Missa da noite da solenidade do Natal, a Igreja reza assim: «Aceitai, ó Pai, a nossa oferta nesta noite de luz, e através deste misterioso intercâmbio de dons, transformai-nos em Cristo vosso Filho, que elevou o homem ao seu lado na glória». Por conseguinte, o pensamento da doação está no centro da liturgia e na nossa consciência evoca o dom originário do Natal: naquela noite santa Deus, fazendo-se carne, quis entregar-se pelos homens, doou-se a si mesmo por nós; Deus ofereceu-nos o seu único Filho, assumiu a nossa humanidade para nos conferir a sua divindade. Este é o grande dom. Também no nosso doar não é importante que um presente seja caro ou não; quem não consegue doar um pouco de si mesmo, doa sempre muito pouco; aliás, às

vezes procura-se precisamente substituir o coração e o compromisso de doação de si mesmo com o dinheiro, com coisas materiais. O mistério da Encarnação indica que Deus não fez assim: não concedeu algo, mas doou-se a si mesmo no seu Filho Unigénito. Encontremos aqui o modelo do nosso doar, a fim de que os nossos relacionamentos, especialmente os mais importantes, sejam guiados pela gratuidade do amor.

Gostaria de oferecer uma terceira reflexão: o acontecimento da Encarnação, de Deus que se faz homem como nós, que nos mostra o realismo inaudito do amor divino. Com efeito, o agir de Deus não se limita às palavras, aliás, poderíamos dizer que Ele não se contenta com falar, mas insere-se na nossa história e assume sobre si a dificuldade e o peso da vida humana. O Filho de Deus fez-se verdadeiramente homem, nasceu da Virgem Maria, numa época e num lugar determinados, em Belém, durante o reino do imperador Augusto, sob o governador Quirino (cf. *Lc 2, 1-2*); cresceu no seio de uma família, teve amigos, formou um grupo de discípulos, instruiu os apóstolos para dar continuidade à sua missão e terminou o curso da sua vida terrena na cruz. Este modo de agir de Deus é um forte estímulo a interrogar-nos sobre o realismo da nossa fé, que não se deve limitar à esfera do sentimento, das emoções deve entrar no concreto da nossa existência, ou seja, deve referir-se à nossa vida de todos os dias e orientá-la inclusive de modo prático. Deus não se limitou às palavras, mas indicou-nos como viver, compartilhando a nossa própria experiência, excepto no pecado. O Catecismo de São Pio X, que alguns de nós estudaram quando eram jovens, com a sua essencialidade, à pergunta: «O que devemos fazer para viver segundo Deus?», dá esta resposta: «Para viver segundo Deus, devemos acreditar nas verdades reveladas por Ele e observar os seus mandamentos com a ajuda da sua graça, que se obtém mediante os sacramentos e a oração». A fé tem um aspecto fundamental, que diz respeito não só à mente e ao coração, mas à nossa vida inteira.

Proponho um último elemento à vossa reflexão. São João afirma que o Verbo, o *Logos*, estava em Deus desde o princípio, e que tudo foi feito através do Verbo e nada do que existe foi criado sem Ele (cf. *Jo 1, 1-3*). O evangelista alude claramente à narração da criação, que se encontra nos primeiros capítulos do Livro do Génesis, relendo-o à luz de Cristo. Este é um critério fundamental na leitura cristã da Bíblia: o Antigo e o Novo

Testamento devem ser lidos sempre juntos, e é a partir do Novo que se revela o sentido mais profundo também do Antigo. Aquele mesmo Verbo que existe desde sempre em Deus, que é Ele mesmo Deus e por meio do qual e em vista do qual tudo foi criado (cf. *Cl* 1, 16-17), fez-se homem: o Deus eterno e infinito imergiu-se na finitude humana, na sua criatura, para reconduzir a Ele o homem e a criação inteira. O *Catecismo da Igreja Católica* afirma: «A primeira criação encontrou o seu sentido e apogeu na nova criação em Cristo, cujo esplendor ultrapassa o da primeira» (n. 349). Os Padres da Igreja compararam Jesus com Adão, a ponto de o definir «segundo Adão», ou o Adão definitivo, a imagem perfeita de Deus. Com a Encarnação do Filho de Deus tem lugar uma nova criação, que oferece a resposta completa à interrogação: «Quem é o homem?». Só em Jesus se manifesta completamente o desígnio de Deus sobre o ser humano: Ele é o homem definitivo, segundo Deus. O Concílio Vaticano II reitera com vigor: «Na realidade, só no mistério do Verbo Encarnado é que se esclarece verdadeiramente o mistério do homem... Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime» (Constituição *Gaudium et spes*, 22; cf. *Catecismo da Igreja Católica*, n. 359). Naquele menino, o Filho de Deus contemplado no Natal, podemos reconhecer a verdadeira face, não apenas de Deus, mas o rosto autêntico do ser humano; e só abrindo-nos à acção da sua graça e procurando segui-lo todos os dias, realizamos o desígnio de Deus sobre nós, sobre cada um de nós.

Caros amigos, neste período meditemos sobre a grande e maravilhosa riqueza do Mistério da Encarnação, para permitir que o Senhor nos ilumine e nos transforme cada vez, à imagem do seu Filho que por nós se fez homem.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 16 de Janeiro de 2013

Jesus Cristo "mediador e plenitude de toda a Revelação"

Queridos irmãos e irmãs,

O Concílio Vaticano II, na Constituição sobre a Revelação Divina *Dei Verbum*, afirma que a verdade íntima de toda a Revelação de Deus resplandece para nós «em Cristo, que é o mediador e ao mesmo tempo a plenitude de toda a Revelação» (n. 2). O Antigo Testamento narra-nos como Deus, depois da criação, não obstante o pecado original e apesar da arrogância do homem ao querer colocar-se no lugar do seu Criador, oferece de novo a possibilidade da sua amizade, sobretudo através da aliança com Abraão, e caminho de um pequeno povo, o povo de Israel, que Ele escolhe não com critérios de poder, mas simplesmente por amor. É uma escolha que permanece um mistério e revela o estilo de Deus, que chama alguns não para excluir os outros, mas para que sirvam de ponto conduzindo para Ele: escolha é sempre eleição pelo outro. Na história do povo de Israel podemos voltar a percorrer as etapas de um longo caminho em que Deus se faz conhecer, se revela e entra na história com palavras e acções. Para esta obra Ele serve-se de mediadores, como Moisés, os Profetas e os Juízes, que comunicam ao povo a sua vontade, recordam a exigência de fidelidade à aliança e mantêm viva a expectativa da realização plena e definitiva das promessas divinas.

E foi precisamente o cumprimento destas promessas que pudemos contemplar no Santo Natal: a Revelação de Deus alcança o seu ápice, a sua plenitude. Em Jesus de Nazaré, Deus visita realmente o seu povo, visita a humanidade de um modo que vai além de todas as expectativas: envia o seu Único Filho; o próprio Deus faz-se homem. Jesus não nos diz algo de Deus, não fala simplesmente do Pai, mas é Revelação de Deus, porque é Deus, e assim revela-nos o rosto de Deus. No Prólogo do seu Evangelho, são João escreve: «Ninguém nunca viu Deus. O Filho único, que está no seio do Pai, foi quem O revelou» (Jo 1, 18).

Gostaria de meditar sobre este «revelar o rosto de Deus». A este propósito são João, no seu Evangelho, recorda-nos um acontecimento significativo que há pouco ouvimos. Aproximando-se da Paixão, Jesus tranquiliza os seus discípulos, convidando-os a não ter medo e a ter fé; depois, instaura um diálogo com eles, no qual fala de Deus Pai (cf. Jo 14, 2-9). Numa certa altura, o apóstolo Filipe pede a Jesus: «Senhor, mostra-nos o Pai e isso basta-nos» (Jo 14, 8). Filipe é muito prático e concreto, e diz também o que nós desejamos dizer: «Queremos ver, mostra-nos o Pai», pede para «ver» o Pai, para ver o seu rosto. A resposta de Jesus não se dirige apenas a Filipe, mas também a nós, e introduz-nos no coração da fé cristológica; o Senhor afirma: «Aquele que me viu, viu também o Pai» (Jo 14, 9). Nesta expressão encerra-se sinteticamente a novidade do Novo Testamento, aquela novidade que apareceu na gruta de Belém: é possível ver Deus, Deus manifestou o seu rosto, é visível em Jesus Cristo.

Em todo o Antigo Testamento está bem presente o tema da «procura do rosto de Deus», o desejo de conhecer esta face, o desejo de ver Deus como Ele é, a tal ponto que o termo hebraico *pānîm*, que significa «rosto», aparece 400 vezes, das quais 100 se referem a Deus: refere-se a Deus 100 vezes, deseja-se ver o rosto de Deus. E no entanto, a religião judaica proíbe totalmente as imagens, porque Deus não pode ser representado, como ao contrário faziam os povos vizinhos, com a adoração dos ídolos; por conseguinte, com esta proibição de imagens, o Antigo Testamento parece excluir totalmente o «ver» do culto e da piedade. Então, o que significa para o israelita piedoso procurar o rosto de Deus, na consciência de que não pode haver qualquer imagem sua? A pergunta é importante: por um lado, deseja-se dizer que Deus não pode ser reduzido a um objecto, como uma imagem que se toma nas mãos, mas também não se pode pôr algo no lugar de Deus; por outro lado, contudo, afirma-se que Deus tem um rosto, ou seja que é um «Tu» que pode entrar em relação, que não está fechado no seu Céu a olhar do alto a humanidade. Sem dúvida, Deus está acima de todas as coisas, mas dirige-se a nós, ouve-nos, vê-nos, fala-nos, faz uma aliança e é capaz de amar. A história da salvação é a história de Deus com a humanidade, é a história desta relação de Deus que se revela progressivamente ao homem, que se faz conhecer a si mesmo, o seu rosto.

Precisamente no início do ano, no dia 1 de Janeiro, ouvimos na liturgia a linda prece de bênção sobre o povo: «O Senhor te abençoe e te guarde! O Senhor te mostre a sua face e te conceda a sua graça! O Senhor dirija o seu rosto para ti e te dê a paz!» (Nm 6, 24-26). O esplendor do rosto divino é a fonte da vida, é aquilo que permite ver a realidade; a luz da sua face é a guia da vida. No Antigo Testamento existe uma figura à qual está ligado de modo totalmente especial o tema do «rosto de Deus»; trata-se de Moisés, Aquele que Deus escolhe para libertar o povo da escravidão do Egito, para lhe confiar a Lei da aliança e para o guiar rumo à Terra prometida. Pois bem, no capítulo 33 do *Livro do Êxodo* afirma-se que Moisés tinha uma relação estreita e confidencial com Deus: «O Senhor entretinha-se com Moisés face a face, como um homem que fala com o seu amigo» (v. 11). Em virtude desta confiança, Moisés pede a Deus: «Mostrai-me a vossa glória!», e a resposta de Deus é clara: «Farei passar diante de ti todo o meu esplendor, e pronunciarei diante de ti o nome do Senhor... Mas não poderás ver a minha face, pois o homem não me poderia ver e continuar a viver... Eis um lugar perto de mim... ver-me-ás só de costas. Quanto à minha face, ela não pode ser vista» (vv. 18-23). Então, por um lado há o diálogo face a face como entre amigos, mas por outro há a impossibilidade de ver nesta vida o rosto de Deus, que permanece escondido; a visão é limitada. Os Padres afirmam que estas palavras, «ver-me-ás só de costas», querem dizer: só podes seguir Cristo e, seguindo-o, vês de costas o mistério de Deus; Deus só pode ser seguindo vendo-o de costas.

Porém, mediante a Encarnação acontece algo completamente novo. A busca do rosto de Deus passa por uma transformação inimaginável, porque agora é possível ver este rosto: é o rosto de Jesus, do Filho de Deus que se faz homem. Nele encontra cumprimento o caminho de Revelação de Deus, encetado com a chamada de Abraão, Ele é a plenitude desta Revelação porque é o Filho de Deus e, ao mesmo tempo, «mediador e plenitude de toda a Revelação» (Constituição dogmática *Dei Verbum*, 2), e nele o conteúdo da Revelação e o Revelador coincidem. Jesus mostra-nos o rosto de Deus e faz-nos conhecer o nome de Deus. Na Oração sacerdotal, na Última Ceia, Ele diz ao Pai: «Manifestei o teu nome aos homens... Manifestei-lhes o teu nome» (cf. Jo 17, 6.26). A expressão «nome de Deus» significa Deus como Aquele que está presente no meio dos homens. A Moisés, junto da sarça ardente, Deus tinha revelado o seu nome, ou seja,

tornou-se invocável, lançou um sinal concreto do seu «estar» no meio dos homens. Tudo isto, em Jesus, tem o seu cumprimento e plenitude: Ele inaugura de um modo novo a presença de Deus na história, pois quem O vê, vê o Pai, como diz a Filipe (cf. *Jo* 14, 9). O Cristianismo — afirma são Bernardo — é a «religião da Palavra de Deus»; e não de «uma palavra escrita e muda, mas do Verbo encarnado e vivo» (*Hom. super missus est*, IV, 11: PL 183, 86b). Na tradição patrística e medieval utiliza-se uma fórmula particular para expressar esta realidade: afirma-se que Jesus é o *Verbum abbreviatum* (cf. *Rm* 9, 28, com referência a *Is* 10, 23), o Verbo abreviado, a Palavra breve, abreviada e substancial do Pai, que nos disse tudo dele. Em Jesus, toda a Palavra está presente.

Em Jesus, também a mediação entre Deus e o homem encontra a sua plenitude. No Antigo Testamento existe um exército de figuras que desempenharam esta função, de modo particular Moisés, o libertador, o guia, o «mediador» da aliança, como o define também o Novo Testamento (cf. *Gl* 3, 19; *Act* 7, 35; *Jo* 1, 17). Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, não é simplesmente um dos mediadores entre Deus e o homem, mas é «o Mediador» da nova e eterna aliança (cf. *Hb* 8, 6; 9, 15; 12, 24); «Porque há um só Deus — diz são Paulo — e há um só *mediador* entre Deus e os homens: Jesus Cristo, homem» (*1 Tm* 2, 5; cf. *Gl* 3, 19-20). Nele nós vemos e encontramos o Pai; nele podemos invocar Deus com o nome de «Abá, Pai»; nele é-nos conferida a salvação.

O desejo de conhecer Deus realmente, ou seja, de ver o rosto de Deus, está ínsito em cada homem, inclusive nos ateus. E nós talvez tenhamos, de modo inconsciente, este desejo de ver simplesmente quem Ele é, o que Ele é, quem é Ele para nós. Mas este desejo só se realiza seguindo Cristo, porque assim O vemos de costas e enfim vemos também Deus como amigo, a sua face no rosto de Cristo. O importante é que sigamos Cristo não apenas no momento em que temos necessidade, e quando encontramos um espaço nas nossas ocupações diárias, mas com toda a nossa vida enquanto tal. Toda a nossa existência deve ser orientada para o encontro com Jesus Cristo, para o amor por Ele; e, nela, um lugar central deve ser ocupado também pelo amor ao próximo, aquele amor que, à luz do Crucificado, nos faz reconhecer o rosto de Jesus no pobre, no frágil e no sofrido. Isto só é possível se o verdadeiro rosto de Jesus se tornar familiar para nós na escuta

da sua Palavra, no falar interiormente, no entrar nesta Palavra, de maneira que deveras O encontremos, e naturalmente no Mistério da Eucaristia. No Evangelho de São Lucas é significativo o trecho dos dois discípulos de Emaús, que reconhecem Jesus na fracção do pão, mas preparados pelo caminho com Ele, preparados pelo convite que lhe apresentaram, de permanecer com eles, preparados pelo diálogo que fez arder o peito deles; assim, no final, eles vêem Jesus. Também para nós a Eucaristia é a grande escola na qual aprendemos a ver o rosto de Deus, entramos em relação íntima com Ele; e aprendemos, ao mesmo tempo, a dirigir o olhar para o momento derradeiro da história, quando Ele nos saciar com a luz do seu rosto. Na terra, nós caminhamos rumo a esta plenitude, na expectativa jubilosa de que se cumpra realmente o Reino de Deus. Obrigado!

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 23 de Janeiro de 2013

«Creio em Deus»

Queridos irmãos e irmãs,

Neste *Ano da fé*, hoje gostaria de começar a meditar convosco sobre o *Credo*, ou seja, sobre a solene profissão de fé que acompanha a nossa vida de fiéis. O *Credo* começa assim: «Creio em Deus». É uma afirmação fundamental, aparentemente simples na sua essencialidade, mas que abre ao mundo infinito da relação com o Senhor e com o seu mistério. Acreditar em Deus implica adesão a Ele, acolhimento da sua Palavra e obediência jubilosa à sua revelação. Como ensina o *Catecismo da Igreja Católica*, «a fé é um acto pessoal, uma resposta livre do homem à proposta de Deus que se revela» (n. 166). Portanto, poder dizer que se crê em Deus é um dom — Deus revela-se, vem ao nosso encontro — e, ao mesmo tempo um compromisso, é graça divina e responsabilidade humana, numa experiência de diálogo com Deus que, por amor, «fala aos homens como a amigos» (*Dei Verbum*, 2), fala-nos a fim de que, na fé e com a fé, possamos entrar em comunhão com Ele.

Onde podemos ouvir Deus e a sua palavra? É fundamental a Sagrada Escritura, onde podemos ouvir a Palavra de Deus que é alimento para a nossa vida de «amigos» de Deus. A Bíblia inteira narra o revelar-se de Deus à humanidade; toda a Bíblia fala de fé e ensina-nos a fé, narrando uma história em que Deus faz progredir o seu desígnio de redenção, tornando-se próximo de nós, homens, através de muitas figuras luminosas de pessoas que acreditam nele e a Ele se confiam, até à plenitude da revelação no Senhor Jesus.

A este propósito, é muito bonito o capítulo 11 da *Carta aos Hebreus*, que há pouco ouvimos. Ali, fala-se da fé e põem-se em evidência as grandes figuras bíblicas que a viveram, tornando-se modelo para todos os fiéis. No primeiro versículo, o texto reza: «A fé é o fundamento da esperança, é uma

certeza a respeito do que não se vê» (11, 1). Por conseguinte, os olhos da fé são capazes de ver o invisível, e o coração do crente pode esperar além de toda a esperança precisamente como Abraão, de quem na *Carta aos Romanos* Paulo afirma que «acreditou, esperando contra toda a esperança» (4, 18).

E é precisamente sobre Abraão, que gostaria de chamar a nossa atenção, porque ele é a primeira grande figura de referência para falar de fé em Deus: Abraão, o grande patriarca, modelo exemplar, pai de todos os crentes (cf. *Rm* 4, 11-12). A *Carta aos Hebreus* apresenta-o assim: «Foi pela fé que Abraão, obedecendo ao apelo divino, partiu para uma terra que devia receber em herança. E partiu sem saber para onde ia. Foi pela fé que ele habitou na terra prometida, como em terra estrangeira, habitando aí em tendas com Isaac e Jacob, co-herdeiros da mesma promessa. Porque tinha a esperança fixa na cidade assentada sobre os fundamentos eternos, cujo arquitecto e construtor é Deus» (11, 8-10).

Aqui, o autor da *Carta aos Hebreus* faz referência à vocação de Abraão, narrada no Livro do *Gênesis*, o primeiro livro da Bíblia. O que pede Deus a este patriarca? Pede-lhe que parta, abandonando a própria terra para ir rumo à terra que lhe indicar: «Deixa a tua terra, a tua família e a casa de teu pai e vai para a terra que eu te mostrar» (*Gn* 12, 1). Como teríamos respondido nós a um convite semelhante? Com efeito, trata-se de uma partida às escuras, sem saber para onde Deus o levará; é um caminho que exige uma obediência e uma confiança radicais, ao qual só a fé permite aceder. Mas a escuridão do desconhecido — onde Abraão deve ir — é iluminado pela luz de uma promessa; Deus acrescenta ao mandato uma palavra tranquilizadora que abre diante de Abraão um futuro de vida em plenitude: «Farei de ti uma grande nação; abençoar-te-ei e exaltarei o teu nome... e todas as famílias da terra serão benditas em ti» (*Gn* 12, 2.3).

Na Sagrada Escritura, a bênção está vinculada primariamente ao dom da vida que vem de Deus e manifesta-se em primeiro lugar na fecundidade, numa vida que se multiplica, passando de geração em geração. E à bênção está ligada também a experiência da posse de uma terra, de um lugar estável onde viver e crescer em liberdade e segurança, temendo Deus e construindo

uma sociedade de homens fiéis à Aliança, «reino de sacerdotes e nação santa» (cf. *Êx* 19, 6).

Por isso, no desígnio divino, Abraão está destinado a tornar-se «pai de uma multidão de povos» (*Gn* 17, 5; cf. *Rm* 4, 17-18) e a entrar numa nova terra onde habitar. E no entanto Sara, sua esposa, é estéril, não pode ter filhos; e o país para o qual Deus o conduz é distante da sua terra de origem, já é habitado por outras populações, e nunca lhe pertencerá verdadeiramente. O narrador bíblico sublinha-o, mas com muita discrição: quando Abraão chegou ao lugar da promessa de Deus: «Os Cananeus já viviam naquela terra» (*Gn* 12, 6). A terra que Deus oferece a Abraão não lhe pertence, ele é um estrangeiro e tal permanecerá para sempre, com tudo o que isto comporta: não ter finalidades de posse, sentir sempre a própria pobreza, ver tudo como dádiva. Esta é também a condição espiritual de quem aceita seguir o Senhor, de quem decide partir, acolhendo a sua chamada, sob o sinal da sua bênção invisível mas poderosa. E Abraão, «pai dos crentes», aceita esta chamada na fé. Na *Carta aos Romanos* são Paulo escreve: «Esperando, contra toda a esperança, Abraão teve fé e tornou-se pai de muitas nações, segundo o que lhe fora dito: “Assim será a tua descendência”. Não vacilou na fé, embora tenha reconhecido o seu próprio corpo sem vigor — pois tinha quase cem anos — e o seio de Sara igualmente amortecido. Diante da promessa de Deus, não vacilou, não desconfiou, mas conservou-se forte na fé e deu glória a Deus. Estava plenamente convencido de que Deus era poderoso, para cumprir o que prometera» (*Rm* 4, 18-21).

A fé leva Abraão a percorrer um caminho paradoxal. Ele será abençoado, mas sem os sinais visíveis da bênção: recebe a promessa de se tornar um grande povo, mas com uma vida marcada pela esterilidade da sua esposa Sara; é levado para uma nova pátria, mas nela deverá viver como estrangeiro; e a única posse da terra que se lhe permitirá será a de um lote de terreno para ali sepultar Sara (cf. *Gn* 23, 1-20). Abraão é abençoado porque, na fé, sabe discernir a bênção divina, indo além das aparências, confiando na presença de Deus até quando os seus caminhos lhe parecem misteriosos.

O que significa isto para nós? Quando afirmamos: «Creio em Deus», nós dizemos como Abraão: «Confio em ti; confio-me a ti, ó Senhor!», mas não como a alguém, ao qual recorrer apenas nos momentos de dificuldade, ou a quem dedicar alguns momentos do dia ou da semana. Dizer «Creio em Deus» significa fundar sobre Ele a minha própria vida, deixar que a sua Palavra a oriente todos os dias, nas escolhas concretas, sem medo de perder algo de mim mesmo. Quando, no Rito do Batismo, por três vezes somos interrogados: «Credes?» em Deus, em Jesus Cristo, no Espírito Santo, na santa Igreja católica e nas outras verdades de fé, a tríplice resposta é no singular: «Creio», porque é a minha existência pessoal que deve passar por uma transformação mediante o dom da fé; é a minha existência que deve mudar, converter-se. Cada vez que participamos num batizado, deveríamos perguntar-nos como vivemos diariamente o grande dom da fé.

Abraão, o crente, ensina-nos a fé; e, como estrangeiro na terra, indica-nos a pátria verdadeira. A fé torna-nos peregrinos na terra, inseridos no mundo e na história, mas a caminho da pátria celestial. Portanto, crer em Deus torna-nos portadores de valores que muitas vezes não coincidem com a moda, nem com a opinião do momento, exige que adotemos critérios e assumamos comportamentos que não pertencem ao modo de pensar comum. O cristão não deve ter medo de ir «contra a corrente» para viver a sua fé, resistindo à tentação de «se conformar». Em numerosas das nossas sociedades, Deus tornou-se o «grande ausente» e no seu lugar existem muitos ídolos, ídolos extremamente diferentes entre si, e sobretudo a posse e o «eu» autónomo. E também os progressos notáveis e positivos da ciência e da técnica suscitaram no homem uma ilusão de onipotência e de auto-suficiência, e um egocentrismo crescente criou não poucos desequilíbrios no contexto das relações interpessoais e dos comportamentos sociais.

E no entanto, a sede de Deus (cf. *Sl* 63, 2) não foi saciada e a mensagem evangélica continua a ressoar através das palavras e das obras de numerosos homens e mulheres de fé. Abraão, o pai dos crentes, continua a ser pai de muitos filhos que aceitam caminhar no seu sulco e põem-se a caminho, em obediência à vocação divina, confiando na presença benévola do Senhor e acolhendo a sua bênção, a fim de se fazer bênção para todos. É o mundo abençoado da fé, ao qual todos somos chamados, para caminhar sem medo no seguimento do Senhor Jesus Cristo. Trata-se de um caminho por vezes

difícil, que conhece também a prova e a morte, mas que abre à vida, numa transformação radical da realidade, que unicamente os olhos da fé são capazes de ver e saborear em plenitude.

Então, afirmar «Creio em Deus» impele-nos a partir, a sair de modo incessante de nós mesmos, precisamente como Abraão, para levar à realidade quotidiana em que vivemos a certeza que nos deriva da fé: ou seja, a certeza da presença de Deus na história, também hoje; uma presença que traz vida e salvação, abrindo-nos a um futuro com Ele, para uma plenitude de vida que nunca conhecerá ocaso.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 30 de Janeiro de 2013

«Creio em Deus Pai Todo-Poderoso»

Queridos irmãos e irmãs,

Na catequese da quarta-feira passada detivemo-nos sobre as palavras iniciais do Credo: «Creio em Deus». Mas a profissão de fé esclarece esta afirmação: Deus é o Pai Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra. Portanto, agora gostaria de meditar convosco sobre a primeira e fundamental definição de Deus que o Credo nos apresenta: Ele é Pai.

Hoje, nem sempre é fácil falar de paternidade. Sobretudo no mundo ocidental, as famílias desagregadas, os compromissos de trabalho cada vez mais exigentes, as preocupações e muitas vezes a dificuldade de adaptar os balanços familiares e a invasão distraída dos mass media no interior da vida quotidiana são alguns dos numerosos factores que podem impedir uma relação tranquila e construtiva entre pais e filhos. Às vezes a comunicação torna-se difícil, a confiança diminui e o relacionamento com a figura paterna pode tornar-se problemático; e assim, na ausência de um modelo de referência adequado, é difícil também imaginar Deus como um Pai. Para quantos fizeram a experiência de um pai demasiado autoritário e inflexível, ou indiferente e pouco carinhoso ou até mesmo ausente, não é fácil pensar com serenidade em Deus como Pai e abandonar-se a Ele com confiança.

Mas a revelação bíblica ajuda a superar estas dificuldades, falando-nos de um Deus que nos indica o que significa ser verdadeiramente «pai»; e é sobretudo o Evangelho que nos revela este rosto de Deus como Pai que ama até ao dom do próprio Filho, para a salvação da humanidade. Por conseguinte, a referência à figura paterna ajuda a compreender algo do amor de Deus, que no entanto permanece infinitamente maior, mais fiel, mais total do que o amor de qualquer homem. «Quem de vós — diz Jesus, para mostrar aos discípulos o rosto do Pai — dará uma pedra ao próprio filho, se este lhe pedir pão? E, se lhe pedir um peixe, dar-lhe-á porventura

uma serpente? Se vós, pois, que sois maus, sabeis dar coisas boas aos vossos filhos, ainda mais o vosso Pai celeste dará coisas boas a quantos lhe pedirem» (*Mt* 7, 9-11; cf. *Lc* 11, 11-13). Deus é nosso Pai, porque nos abençoou e escolheu antes da criação do mundo (cf. *Ef* 1, 3-6), tornando-nos realmente seus filhos em Jesus (cf. *1 Jo* 3, 1). E, como Pai, Deus acompanha com amor a nossa existência, concedendo-nos a sua Palavra, o seu ensinamento, a sua graça e o seu Espírito.

Ele — como revela Jesus — é o Pai que alimenta os pássaros do céu, sem que eles tenham que semear e colher, e reveste de cores maravilhosas as flores dos campos, com vestes mais belas do que as do rei Salomão (cf. *Mt* 6, 26-32; *Lc* 12, 24-28); quanto a nós — acrescenta Jesus — valemos muito mais que as flores dos campos e os pássaros do céu! E se Ele é tão bom, a ponto de fazer «nascer o sol tanto sobre os maus como sobre os bons, e... chover sobre os justos e sobre os injustos» (*Mt* 5, 45), poderemos sempre, sem medo e com confiança total, confiar-nos ao seu perdão de Pai, quando erramos o caminho. Deus é um Pai bom que acolhe e abraça o filho perdido e arrependido (cf. *Lc* 15, 11 ss.), dá gratuitamente àqueles que pedem (cf. *Mt* 18, 19; *Mc* 11, 24; *Jo* 16, 23) e oferece o pão do céu e a água viva que faz viver eternamente (cf. *Jo* 6, 32.51.58).

Por isso, o orante do *Salmo* 27, circundado pelos inimigos, assediado por malvados e caluniadores, enquanto procura a ajuda do Senhor e o invoca, pode oferecer o seu testemunho cheio de fé, afirmando: «O meu pai e a minha mãe abandonaram-me, mas o Senhor socorreu-me» (v. 10). Deus é um Pai que nunca abandona os seus filhos, um Pai amoroso que sustenta, ajuda, acolhe, perdoa e salva, com uma fidelidade que ultrapassa imensamente a dos homens, para se abrir a dimensões de eternidade. «Porque o seu amor é para sempre», como continua a repetir de modo litânico, em cada versículo, o *Salmo* 136, percorrendo a história da salvação. O amor de Deus Pai nunca esmorece, nem se cansa de nós; é amor que doa até ao extremo, até ao sacrifício do Filho. A fé doa-nos esta certeza, que se torna uma rocha segura na construção da nossa vida: nós podemos enfrentar todos os momentos de dificuldade e de perigo, a experiência da obscuridade da crise e do tempo da dor, sustentados pela confiança de que Deus não nos deixa sozinhos e está sempre próximo, para nos salvar e nos levar à vida eterna.

É no Senhor Jesus que se mostra plenamente o rosto benévolo do Pai que está nos céus. É conhecendo-o que podemos conhecer também o Pai (cf. *Jo* 8, 19; 14, 7), é vendo-o que podemos ver o Pai, porque Ele está no Pai, e o Pai está nele (cf. *Jo* 14, 9.11). Ele é «imagem do Deus invisível», como o define o hino da Carta aos Colossenses, «primícias de toda a criação... primogénito daqueles que ressuscitam dos mortos», «por meio do qual nós recebemos a redenção, o perdão dos pecados» e a reconciliação de todas as coisas, «dado que resgatou com o sangue da sua cruz tanto as coisas que estão na terra, como aquelas que estão nos céus» (cf. *Cl* 1, 13-20).

A fé em Deus Pai requer que acreditemos no Filho, sob a acção do Espírito, reconhecendo na Cruz que salva a revelação definitiva do amor divino. Deus é nosso Pai, oferecendo-nos o Filho; Deus é nosso Pai, perdando o nosso pecado e levando-nos à alegria da vida ressuscitada; Deus é nosso Pai, doando-nos o Espírito, que nos torna filhos e nos permite chamar-lhe, na verdade, «Abá, Pai!» (cf. *Rm* 8, 15). Por isso Jesus, ensinando-nos a rezar, convida-nos a dizer: «Pai nosso» (*Mt* 6, 9-13; cf. *Lc* 11, 2-4).

Então, a paternidade de Deus é amor infinito, ternura que se debruça sobre nós, filhos frágeis, necessitados de tudo. O *Salmo* 103, o grande cântico da misericórdia divina, proclama: «Assim como um pai tem piedade dos seus filhos, do mesmo modo o Senhor tem compaixão daqueles que o temem, porque Ele sabe do que somos feitos, e não se esquece de que somos pó» (vv. 13-14). É próprio da nossa pequenez, a nossa frágil natureza humana, a nossa caducidade que se torna apelo à misericórdia do Senhor, para que manifeste a sua grandeza e ternura de Pai ajudando-nos, perdando-nos e salvando-nos.

E Deus responde ao nosso apelo, enviando o seu Filho, que morre e renasce para nós; entra na nossa fragilidade e realiza aquilo que o homem sozinho nunca poderia levar a cabo: assume sobre si mesmo o pecado do mundo, como Cordeiro inocente, e volta a abrir-nos o caminho rumo à comunhão com Deus, tornando-nos verdadeiros filhos de Deus. É ali, no Mistério pascal, que se revela em toda a sua luminosidade, o rosto

definitivo do Pai. E é ali, na Cruz gloriosa, que se verifica a manifestação completa da grandeza de Deus, como «Pai Todo-Poderoso».

Mas poderíamos interrogar-nos: como é possível pensar num Deus Todo-Poderoso, contemplando a Cruz de Cristo? Este poder do mal, que chega ao ponto de matar o Filho de Deus? Sem dúvida, gostaríamos de uma onnipotência divina em conformidade com os nossos esquemas mentais e os nossos desejos: um Deus «Todo-Poderoso» que resolva os problemas, que intervenha para nos fazer evitar as dificuldades, que vença os poderes adversos, que mude o curso dos acontecimentos e que anule a dor. Por isso, hoje vários teólogos dizem que Deus não pode ser Todo-Poderoso, caso contrário não haveria tanto sofrimento e tanto mal no mundo. Na realidade, diante do mal e do sofrimento, para muitos, para nós, torna-se problemático, difícil, crer num Deus Pai e acreditar que Ele é Todo-Poderoso; alguns procuram refúgio em ídolos, cedendo à tentação de encontrar resposta numa presumível onnipotência «mágica» e nas suas promessas ilusórias.

Mas a fé em Deus Todo-Poderoso impele-nos a percorrer sendas muito diferentes: aprender a conhecer que o pensamento de Deus é diverso do nosso, que os caminhos de Deus são diferentes dos nossos (cf. *Is 55, 8*) e também a sua onnipotência é diversa: não se expressa como força automática ou arbitrária, mas caracteriza-se por uma liberdade amorosa e paterna. Na realidade Deus, criando criaturas livres e dando liberdade, renunciou a uma parte do seu poder, deixando o poder da nossa liberdade. Assim Ele ama e respeita a resposta livre de amor à sua chamada. Como Pai, Deus deseja que nós sejamos seus filhos e vivamos como tais no seu Filho, em comunhão, em plena familiaridade com Ele. A sua onnipotência não se manifesta na violência, não se exprime na destruição de todo o poder adverso, como nós desejamos, mas expressa-se no amor, na misericórdia, no perdão, na aceitação da nossa liberdade e no apelo incansável à conversão do coração, numa atitude só aparentemente frágil — Deus parece frágil, se pensamos em Jesus Cristo que reza, que se deixa matar. Uma atitude aparentemente débil, feito de paciência, de mansidão e de amor, demonstra que este é o verdadeiro modo de ser poderoso! Este é o poder de Deus! E este poder vencerá! O sábio o Livro da Sabedoria dirige-se assim a Deus: «Tendes compaixão de todos, porque Vós podeis tudo; e para que se arrependam, fechais os olhos aos pecados dos homens. Porque amais tudo o

que existe... poupais todos os seres, porque todos são vossos, ó Senhor, que amais a vida» (11, 23-24a.26).

Somente quem é verdadeiramente poderoso pode suportar o mal e mostrar-se misericordioso; só quem é autenticamente poderoso pode exercer de modo pleno a força do amor. E Deus, a quem pertencem todas as coisas, porque tudo foi feito por Ele, revela a sua força amando tudo e todos, numa expectativa paciente da nossa conversão, de nós homens, que Ele deseja ter como filhos. Deus espera a nossa conversão. O amor todo-poderoso de Deus não conhece limites, a tal ponto que «não poupou o seu próprio Filho, mas entregou-o por todos nós» (*Rm* 8, 32). A onipotência do amor não é a do poder do mundo, mas do dom total, e Jesus, Filho de Deus, revela ao mundo a verdadeira onipotência do Pai, oferecendo a sua vida por nós, pecadores. Eis o verdadeiro, autêntico e perfeito poder divino: responder ao mal não com o mal, mas com o bem, aos insultos com o perdão, ao ódio homicida com o amor que faz viver. Então, o mal é vencido verdadeiramente, porque é purificado pelo amor de Deus; assim, a morte é derrotada definitivamente, porque transformada em dom da vida. Deus Pai ressuscita o Filho: a morte, a grande inimiga (cf. *1 Cor* 15, 26), é tragada e privada do seu veneno (cf. *1 Cor* 15, 54-55); quanto a nós, livres do pecado, podemos aceder à nossa realidade de filhos de Deus.

Portanto, quando afirmamos «Creio em Deus Pai Todo-Poderoso», nós expressamos a nossa fé no poder do amor de Deus, que no seu Filho morto e ressuscitado derrota o ódio, o mal e o pecado, abrindo-nos à vida eterna, à vida dos filhos que desejam permanecer para sempre na «Casa do Pai». Dizer «Creio em Deus Pai Todo-Poderoso», no seu poder, na sua maneira de ser Pai, constitui sempre um gesto de fé, de conversão, de transformação do nosso pensamento, de todo o nosso afecto e de todo o nosso estilo de vida.

Caros irmãos e irmãs, peçamos ao Senhor que ampare a nossa fé, que nos ajude a encontrar verdadeiramente a fé e que nos dê a força de anunciar Cristo crucificado e ressuscitado, e de o testemunhar no amor a Deus e ao próximo. E Deus nos conceda acolher a dádiva da nossa filiação, para vivermos em plenitude as realidades do *Credo*, no abandono confiante ao

amor do Pai e à sua onnipotência misericordiosa, que é a onnipotência verdadeira e que salva.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 6 de Fevereiro de 2013

Eu creio em Deus: o Criador do Céu e da terra, o Criador do ser humano

Queridos irmãos e irmãs,

O *Credo*, que começa qualificando Deus como «Pai Todo-Poderoso», como pudemos meditar na semana passada, acrescenta em seguida que Ele é o «Criador do céu e da terra», e assim retoma a afirmação com a qual Bíblia começa. Com efeito, no primeiro versículo da Sagrada Escritura lê-se: «No princípio Deus criou o céu e a terra» (*Gn* 1, 1): Deus é a origem de todas as coisas, e é na beleza da criação que se manifesta a sua onnipotência de Pai que ama.

Deus manifesta-se como Pai na criação, enquanto origem da vida e, ao criar, demonstra a sua onnipotência. As imagens utilizadas pela Sagrada Escritura a este propósito são muito sugestivas (cf. *Is* 40, 12; 45, 18; 48, 13; *Sl* 104, 2.5; 135, 7; *Pr* 8, 27-29; *Job* 38-39). Como Pai bom e poderoso, o Pai cuida daquilo que criou com um amor e uma fidelidade que nunca esmorecem, como recordam reiteradamente os Salmos (cf. *Sl* 57, 11; 108, 5; 36, 6). Assim, a criação torna-se um lugar onde conhecer e reconhecer a onnipotência do Senhor e a sua bondade, tornando-se apelo à nossa fé, de nós crentes, para que proclamemos Deus como Criador. «Pela fé — escreve o autor da *Carta aos Hebreus* — nós reconhecemos que o mundo foi formado pela palavra de Deus e que as coisas visíveis se originaram do invisível» (11, 3). Portanto, a fé exige que saibamos reconhecer o invisível, reconhecendo os seus vestígios no mundo visível. O crente pode ler o grande livro da natureza e compreender a sua linguagem (cf. *Sl* 19, 2-5); mas é necessária a Palavra de revelação, que suscita a fé, para que o homem possa chegar à plena consciência da realidade de Deus como Criador e Pai. É no livro da Sagrada Escritura que a inteligência humana pode encontrar, à luz da fé, a chave de interpretação para compreender o mundo. Em particular, ocupa um lugar especial o primeiro capítulo do Génesis, com a

apresentação solene da obra criadora divina, que se desenvolve ao longo de sete dias: em seis dias Deus completa a criação, e no sétimo, o sábado, cessa todas as actividades e descansa. Dia de liberdade para todos, dia da comunhão com Deus. E assim, com esta imagem, o livro do Génesis indica-nos que o primeiro pensamento de Deus consistia em encontrar um amor que corresponda ao seu amor. Depois, o segundo pensamento consiste em criar um mundo material onde inserir este amor, estas criaturas que lhe respondem livremente. Por conseguinte, tal estrutura faz com que o texto seja cadenciado por algumas repetições significativas. Por exemplo, é repetida seis vezes esta frase: «Deus viu que isso era bom» (vv. 4.10.12.18.21.25), para concluir, na sétima vez, depois da criação do homem: «Deus contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom» (v. 31). Tudo o que Deus cria é belo e bom, repleto de sabedoria e de amor; o gesto criador de Deus traz ordem, incute harmonia e confere beleza. Além disso, na narração do *Génesis* sobressai que o Senhor cria com a sua palavra: no texto lê-se dez vezes a expressão «Deus disse» (vv. 3.6.9.11.14.20.24.26.28.29). É a palavra, o *Logos* de Deus, que se encontra na origem da realidade do mundo, e afirmando: «Deus disse», foi assim, ressalta o poder eficaz da Palavra divina. Assim canta o Salmista: «Pela palavra do Senhor foram feitos os céus, e pelo sopro da sua boca, todo o seu exército... Porque Ele disse e tudo foi feito, Ele ordenou e tudo existiu» (33 [32], 6.9). A vida nasce, o mundo existe, porque tudo obedece à Palavra divina.

Mas hoje a nossa pergunta é: na época da ciência e da técnica, ainda tem sentido falar de criação? Como devemos compreender as narrações do Génesis? A Bíblia não quer ser um manual de ciências naturais; ao contrário, deseja compreender a verdade autêntica e profunda da realidade. A verdade fundamental que as narrações do Génesis nos revelam é que o mundo não é um conjunto de forças contrastantes entre si, mas tem a sua origem e a sua estabilidade no Logos, na Razão eterna de Deus, que continua a sustentar o universo. Existe um desígnio sobre o mundo que nasce desta Razão, do Espírito criador. Julgar que isto está na base de tudo ilumina todos os aspectos da existência e infunde a coragem de enfrentar a aventura da vida com confiança e esperança. Portanto, a Escritura diz-nos que a origem do ser, do mundo, a nossa origem não é o irracional, mas a razão, o amor e a liberdade. Por isso, a alternativa: ou prioridade do

irracional, da necessidade, ou prioridade da razão, da liberdade e do amor. Nós cremos nesta última posição.

Mas gostaria de dizer uma palavra também sobre aquele que é o ápice da criação inteira: o homem e a mulher, o ser humano, o único «capaz de conhecer e de amar o seu Criador» (Constituição pastoral *Gaudium et spes*, 12). Contemplando os céus, o Salmista pergunta: «Quando contemplo os céus, obra das vossas mãos, a lua e as estrelas que Vós fixastes; que é o homem para Vos lembrardes dele, o filho do homem, para dele cuidardes?» (8, 4-5). O ser humano, criado por Deus com amor, é pequenino diante da imensidade do universo; às vezes, contemplando fascinados as enormes extensões do firmamento, também nós sentimos o nosso limite. O ser humano está marcado por estes paradoxo: a nossa pequenez e a nossa caducidade convivem com a grandeza daquilo que o amor eterno de Deus desejou para ele.

As narrações da criação no *Livro do Génesis* introduzem-nos inclusive neste âmbito misterioso, ajudando-nos a conhecer o desígnio de Deus sobre o homem. Antes de tudo, afirmam que Deus formou o homem com o pó da terra (cf. *Gn* 2, 7). Isto significa que não somos Deus, que não nos fizemos sozinhos, pois somos terra; mas significa também que nascemos da terra boa, por obra do Criador bom. A isto acrescenta-se mais uma realidade fundamental: todos os seres humanos são pó, para além das distinções realizadas pela cultura e pela história, para além de qualquer diferença social; somos uma única humanidade plasmada com a única terra de Deus. Depois, existe um segundo elemento: o ser humano tem origem, porque Deus inspira o sopro de vida no corpo modelado pela terra (cf. *Gn* 2, 7). O ser humano é feito à imagem e semelhança de Deus (cf. *Gn* 1, 26-27). Então, todos trazemos em nós mesmos o sopro vital de Deus, e cada vida humana — diz-nos a Bíblia — está sob a salvaguarda particular de Deus. Esta é a razão mais profunda da inviolabilidade da dignidade humana contra qualquer tentação de avaliar a pessoa em conformidade com critérios utilitaristas de poder. Além disso, ser criado à imagem e semelhança de Deus indica que o homem não está fechado em si próprio, mas tem uma referência essencial em Deus.

Nos primeiros capítulos do *Livro do Génesis* encontramos duas imagens significativas: o jardim com a árvore do conhecimento do bem e do mal, e a serpente (cf. 2, 15-17; 3, 1-5). O jardim diz-nos que a realidade em que Deus inseriu o ser humano não é uma floresta selvagem, mas um lugar que Ele protege, nutre e sustém; e o homem deve reconhecer o mundo não como propriedade a assolar e explorar, mas como dádiva do Criador, sinal da sua vontade salvífica, dom a cultivar e conservar, a fazer crescer e desenvolver no respeito e na harmonia, seguindo os seus ritmos e a sua lógica, segundo o desígnio de Deus (cf. *Gn* 2, 8-15). Depois, a serpente é uma figura que deriva dos cultos orientais da fecundidade, que fascinavam Israel e constituíam uma tentação constante de abandonar a aliança misteriosa com Deus. À luz disto, a Sagrada Escritura apresenta a tentação à qual Adão e Eva sucumbem como o núcleo da tentação e do pecado. Com efeito, o que diz a serpente? Não nega Deus, mas insinua uma pergunta fingida: «É verdade que Deus vos proibiu de comer do fruto de alguma árvore do jardim?» (*Gn* 3, 1). Deste modo, a serpente suscita a suspeita de que a aliança com Deus é como uma cadeia que amarra, que priva da liberdade e das coisas belas e preciosas da vida. Surge a tentação de construirmos sozinhos o mundo no qual vivermos, de não aceitarmos os limites de sermos criaturas, os limites do bem, do mal e da moralidade; a dependência do amor criador de Deus é vista como um peso do qual libertar-se. Este é sempre o cerne da tentação. Mas quando se falsifica a relação com Deus com uma mentira, pondo-se no seu lugar, todas as demais relações são alteradas. Então, o outro torna-se um rival, uma ameaça: depois de ter cedido à tentação, Adão acusa imediatamente Eva (cf. *Gn* 3, 12); os dois escondem-se da visão daquele Deus com Quem conversavam amistosamente (cf. 3, 8-10); o mundo deixa de ser o jardim no qual viver com harmonia, mas um lugar a explorar e no qual se ocultam insídias (cf. 3, 14-19); a inveja e o ódio pelo outro entram no coração do homem: exemplar é Caim, que mata o seu próprio irmão Abel (cf. 4, 3-9). Indo contra o seu Criador, na realidade o homem vai contra ele mesmo, renega a sua origem e portanto a sua verdade; e o mal entra no mundo, com a sua penosa cadeia de dor e de morte. E desde modo, aquilo que Deus tinha criado é bom, aliás, muito bom; a seguir a esta decisão livre do homem, pela mentira contra a verdade, o mal entra no mundo.

Das narrações da criação, gostaria de evidenciar um último ensinamento: o pecado gera pecado, e todos os pecados da história estão ligados entre si. Este aspecto impele-nos a falar daquilo que é chamado o «pecado original». Qual é o significado desta realidade, difícil de compreender? Gostaria de propor apenas alguns elementos. Antes de tudo, devemos considerar que nenhum homem é fechado em si mesmo, ninguém pode viver só de si e para si; nós recebemos a vida do outro, e não só no momento do nascimento, mas todos os dias. O ser humano é relacionamento: sou eu mesmo só no tu e através do tu, na relação do amor com o Tu de Deus e o tu dos outros. Pois bem, o pecado é perturbar ou destruir a relação com Deus; esta é a sua essência: aniquilar a relação com Deus, a relação fundamental, colocar-se no lugar de Deus. O Catecismo da Igreja Católica afirma que com o primeiro pecado o homem «optou por si próprio contra Deus, contra as exigências da sua condição de criatura e, daí, contra o seu próprio bem» (n. 398). Alterada a relação fundamental, comprometem-se ou destroem-se também os outros pólos da relação, o pecado arruina as relações e assim aniquila tudo, porque nós somos relação. Ora, se a estrutura relacional da humanidade for perturbada desde o início, cada homem entra num mundo assinalado por esta perturbação dos relacionamentos, entra num mundo alterado pelo pecado, pelo qual é marcado pessoalmente; o pecado primordial corrói e fere a natureza humana (cf. Catecismo da Igreja Católica, 404-406). E o homem sozinho, um só, não pode sair desta situação, não pode redimir-se isoladamente; só o próprio Criador pode restabelecer as justas relações. As justas relações só poderão ser reatadas, se Aquele do qual nos afastamos vier ao nosso encontro e nos estender a mão com amor. Isto acontece em Jesus Cristo, que percorre precisamente o caminho oposto em relação ao de Adão, como descreve o hino no segundo capítulo da Carta de São Paulo aos Filipenses (cf. 2, 5-11): enquanto Adão não reconhece o seu ser criatura e quer colocar-se no lugar de Deus, Jesus, Filho de Deus, está numa relação filial perfeita com o Pai, abaixa-se, torna-se o servo, percorre o caminho do amor, humilhando-se até à morte, e morte de cruz, para voltar a pôr em ordem as relações com Deus. Assim, a Cruz de Cristo torna-se a nova árvore da vida.

Caros irmãos e irmãs, viver de fé quer dizer reconhecer a grandeza de Deus e aceitar a nossa pequenez, a nossa condição de criaturas, deixando que o Senhor a cumule com o seu amor e assim cresça a nossa verdadeira

grandeza. O mal, com a sua carga de dor e de sofrimento, é um mistério iluminado pela luz da fé, que nos confere a certeza de poder ser libertados dele: a certeza de que ser homem é um bem.

Sala Paulo VI

Quarta-feira, 13 de Fevereiro de 2013

Queridos irmãos e irmãs,

Como sabeis, decidi... – obrigado pela vossa amizade! – decidi renunciar ao ministério que o Senhor me confiou no dia 19 de Abril de 2005. Fi-lo em plena liberdade para o bem da Igreja, depois de ter longamente rezado e ter examinado diante de Deus a minha consciência, bem ciente da gravidade de tal acto mas igualmente ciente de já não ser capaz de desempenhar o ministério petrino com a força que o mesmo exige. Anima-me e ilumina-me a certeza de que a Igreja é de Cristo, o Qual não lhe deixará jamais faltar a sua orientação e a sua solicitude. Agradeço a todos pelo amor e pela oração com que me tendes acompanhado. Obrigado! Nestes dias, não fáceis para mim, senti quase fisicamente a força da oração que me proporciona o amor da Igreja, a vossa oração. Continuai a rezar por mim, pela Igreja, pelo futuro Papa. O Senhor vos guiará.

As tentações de Jesus e a conversão para o Reino dos Céus

Amados irmãos e irmãs

Hoje, Quarta-Feira de Cinzas, damos início ao Tempo litúrgico da *Quaresma*, quarenta dias que nos preparam para a celebração da Santa Páscoa; é um tempo de compromisso particular no nosso caminho espiritual. O número quarenta aparece várias vezes na Sagrada Escritura. De modo particular, como sabemos, ele evoca os quarenta anos durante os quais o povo de Israel peregrinou no deserto: um longo período de formação para se tornar o povo de Deus, mas também um longo período em que a tentação de ser infiel à aliança com o Senhor estava sempre presente. Quarenta foram também os dias de caminho do profeta Elias para chegar ao Monte de Deus, o Horeb; assim como o período que Jesus passou pelo deserto antes de começar a sua vida pública e onde foi tentado pelo diabo. Na Catequese hodierna, gostaria de meditar precisamente sobre este

momento da vida terrena do Senhor, que leremos no Evangelho do próximo domingo.

Antes de tudo o deserto, onde Jesus se retira, é o lugar do silêncio, da pobreza, onde o homem permanece desprovido das ajudas materiais e se encontra diante dos pedidos fundamentais da existência, é impelido a ir ao essencial e, precisamente por isso, é-lhe mais fácil encontrar Deus. Mas o deserto é inclusive o lugar da morte, pois onde não há água também não há vida, e é o lugar da solidão, onde o homem sente mais intensa a tentação. Jesus vai ao deserto, e ali padece a tentação de deixar o caminho indicado pelo Pai para seguir outras veredas, mais fáceis e mundanas (cf. *Lc* 4, 1-13). Assim, Ele assume as nossas tentações, traz consigo a nossa miséria, para vencer o maligno e para nos abrir o caminho rumo a Deus, a senda da conversão.

Meditar sobre as tentações às quais Jesus foi submetido no deserto é um convite para cada um de nós a responder a uma pergunta fundamental: o que conta verdadeiramente na minha vida? Na primeira tentação, o diabo propõe a Jesus que transforme uma pedra em pão, para saciar a fome. Jesus afirma que o homem vive *também de pão*, mas não só de pão: sem uma resposta à fome de verdade, à fome de Deus, o homem não se pode salvar (cf. vv. 3-4). Na segunda tentação, o diabo propõe a Jesus o caminho do poder: condu-lo para o alto e oferece-lhe o domínio do mundo; mas não é este o caminho de Deus: para Jesus é evidente que não é o poder mundano que salva o mundo, mas o poder da cruz, da humildade e do amor (cf. vv. 5-8). Na terceira tentação, o diabo propõe a Jesus que se lance do pináculo do Templo de Jerusalém para se fazer salvar por Deus mediante os seus anjos, ou seja, que realize algo de sensacional para pôr à prova o próprio Deus; mas a resposta é que Deus não é um objecto ao qual impor as nossas condições: é o Senhor de tudo (cf. vv. 9-12). Qual é o núcleo das três tentações que Jesus sofre? É a proposta de instrumentalizar Deus, de o usar para os próprios interesses, glória e sucesso. E portanto, nomeadamente, de se colocar no lugar de Deus, removendo-o da sua existência e fazendo-o parecer supérfluo. Então, cada um deveria interrogar-se: que lugar tem Deus na minha vida? O Senhor é Ele, ou sou eu?

Superar as tentações de submeter Deus a nós mesmos e aos nossos interesses, ou de o pôr num canto, e converter-se à justa ordem de prioridades, reservar a Deus o primeiro lugar, é um caminho que cada cristão deve percorrer sempre de novo. «Converter-se», um convite que ouviremos muitas vezes na Quaresma, significa seguir Jesus de modo que o seu Evangelho seja guia concreta da vida; quer dizer deixar que Deus nos transforme, deixar de pensar que nós somos os únicos construtores da nossa existência; significa reconhecer que somos criaturas, que dependemos de Deus, do seu amor, e que só «perdendo» a nossa vida nele podemos ganhá-la. Isto exige que façamos as nossas escolhas à luz da Palavra de Deus. Hoje não podemos continuar a ser cristãos como uma simples consequência do facto de vivermos numa sociedade que tem raízes cristãs: até quem nasce de uma família cristã e é educado religiosamente deve, todos os dias, renovar a escolha de ser cristão, ou seja, reservar a Deus o primeiro lugar, diante das tentações que uma cultura secularizada lhe propõe continuamente, diante do juízo crítico de muitos contemporâneos.

Com efeito, as provações às quais a sociedade actual submete o cristão são numerosas, e dizem respeito à sua vida pessoal e social. Não é fácil ser fiel ao matrimónio cristão, praticar a misericórdia na vida quotidiana, dar espaço à oração e ao silêncio interior; não é fácil opor-se publicamente a escolhas que muitos consideram óbvias, como o aborto em caso de gravidez indesejada, a eutanásia em caso de doenças graves, ou a selecção dos embriões para prevenir enfermidades hereditárias. A tentação de pôr de lado a própria fé está sempre presente e a conversão torna-se uma resposta a Deus, que deve ser confirmada muitas vezes na vida.

São exemplo e estímulo as grandes conversões, como a de são Paulo no caminho de Damasco, ou de santo Agostinho, mas também na nossa época de eclipse do sentido do sagrado, a graça de Deus está em acção e realiza maravilhas na vida de muitas pessoas. O Senhor não se cansa de bater à porta do homem em contextos sociais e culturais que parecem absorvidos pela secularização, como aconteceu com o russo ortodoxo Pavel Florensky. Depois de uma educação completamente agnóstica, a ponto de sentir verdadeira hostilidade pelos ensinamentos religiosos recebidos na escola, o cientista Florensky exclamou: «Não, não se pode viver sem Deus!», e muda completamente a sua vida, a ponto de se tornar monge.

Penso também na figura de Etty Hillesum, uma jovem holandesa de origem judaica, que morrerá em Auschwitz. Inicialmente distante de Deus, descobre-o olhando em profundidade dentro de si mesma e escreve: «Dentro de mim existe um poço muito profundo. E naquele poço está Deus. Às vezes consigo alcançá-lo, mas na maioria das vezes está coberto por pedras e areia: então Deus está sepultado. É necessário que eu o volte a desenterrar» (*Diário*, 97). Na sua vida dispersa e inquieta, ela encontra Deus precisamente no meio da grande tragédia de Novecentos, o *Shoah*. Esta jovem frágil e insatisfeita, transfigurada pela fé, transforma-se numa mulher cheia de amor e de paz interior, capaz de afirmar: «Vivo constantemente em intimidade com Deus».

A capacidade de se opor às adulações ideológicas do seu tempo, para escolher a busca da verdade e para se abrir à descoberta da fé é testemunhada por outra mulher da nossa época, a estado-unidente Dorothy Day. Na sua autobiografia, confessa abertamente que caiu na tentação de resolver tudo com a política, aderindo à proposta marxista: «Eu queria sair com os manifestantes, ir para a prisão, escrever, influenciar os outros e deixar o meu sonho ao mundo. Quanta ambição e quanta busca de mim mesma havia em tudo isto!». O caminho rumo à fé num ambiente tão secularizado era particularmente difícil, mas a Graça age sempre, como ela mesma sublinha: «Sem dúvida, eu sentia com mais frequência a necessidade de ir à igreja, de me ajoelhar, de inclinar a cabeça em oração. Um instinto cego, poder-se-ia dizer, porque eu não estava consciente de rezar. Mas eu ía, inseria-me na atmosfera de oração...». Deus levou-a a uma adesão consciente à Igreja, numa vida dedicada aos deserdados.

Na nossa época não são poucas as conversões entendidas como o retorno de quem, depois de uma educação cristã talvez superficial, se afasta da fé durante anos e depois volta a descobrir Cristo e o seu Evangelho. No *Livro do Apocalipse* lemos: «Eis que estou à porta e bato: se alguém ouvir a minha voz e me abrir a porta, entrarei em sua casa e cearemos, eu com ele e ele comigo» (3, 20). O nosso homem interior deve preparar-se para ser visitado por Deus, e precisamente por isso não deve deixar-se invadir pelas ilusões, pelas aparências e pelas coisas materiais.

Neste Tempo de Quaresma, no *Ano da fé*, renovemos o nosso compromisso no caminho de conversão, para superar a tendência de nos fecharmos em nós mesmos e para reservar, ao contrário, espaço a Deus, contemplando com os seus olhos a realidade quotidiana. A alternativa entre o fechamento do nosso egoísmo e a abertura ao amor a Deus e ao próximo, poderíamos dizer que corresponde à alternativa das tentações de Jesus: ou seja, alternativa entre poder humano e amor pela Cruz, entre uma redenção vista unicamente no bem-estar material e uma redenção como obra de Deus, na qual reservamos o primado na existência. Converter-se significa não se fechar na busca do próprio sucesso, prestígio e posição, mas fazer com que cada dia, nas pequenas coisas, a verdade, a fé em Deus e o amor se tornem o mais importante.

Praça de São Pedro/p>

Quarta-feira, 27 de Fevereiro de 2013

*Venerados Irmãos no Episcopado e no Presbiterado!
Ilustres Autoridades!
Amados irmãos e irmãs!*

Agradeço-vos por terdes vindo em tão grande número a esta minha última Audiência Geral.

De coração, obrigado! Sinto-me verdadeiramente comovido e vejo a Igreja viva! E acho que devemos dizer obrigado também ao Criador pelo bom tempo que nos dá agora, ainda no Inverno.

Como fez o Apóstolo Paulo no texto bíblico que ouvimos, também eu sinto em meu coração que devo sobretudo agradecer a Deus, que guia e faz crescer a Igreja, que semeia a sua Palavra e assim alimenta a fé no seu Povo. Neste momento, alarga-se o horizonte do meu espírito e abraça toda a Igreja espalhada pelo mundo; e dou graças a Deus pelas «notícias» que pude receber, nestes anos de ministério petrino, acerca da fé no Senhor Jesus Cristo, da caridade que circula realmente no Corpo da Igreja e o faz viver no amor, e da esperança que nos abre e orienta para a vida em plenitude, para a pátria do Céu.

Sinto que tenho a todos comigo na oração, num presente que é o de Deus, onde reúno cada encontro, cada viagem, cada visita pastoral. Reúno tudo e todos na oração, para os confiar ao Senhor, pedindo-Lhe que tenhamos pleno conhecimento da sua vontade, com toda a sabedoria e inteligência espiritual, e possamos comportar-nos de maneira digna d'Ele, do seu amor, dando frutos em toda a boa obra (cf. *Col 1, 9-10*).

Neste momento, reina em mim uma grande confiança, porque sei, sabemos todos nós, que a Palavra de verdade do Evangelho é a força da Igreja, é a sua vida. O Evangelho purifica e renova, dá frutos por todo o lado onde a comunidade dos fiéis o escuta e acolhe a graça de Deus na verdade e na caridade. Esta é a minha confiança, esta é a minha alegria.

Quando, no dia 19 de Abril de quase oito anos atrás, aceitei assumir o ministério petrino, uma certeza firme se apoderou de mim e sempre me acompanhou: esta certeza de que a Igreja vive da Palavra de Deus. Naquele momento, como já disse várias vezes, as palavras que ressoaram no meu coração foram: Senhor, porque me pedis isto..., uma coisa imensa!? Este é um grande peso que me colocais sobre os ombros, mas se Vós mo pedis, à vossa palavra lançarei as redes, seguro de que me guiareis, mesmo com todas as minhas fraquezas. E, oito anos depois, posso dizer que o Senhor me guiou verdadeiramente, permaneceu junto de mim, pude diariamente notar a sua presença. Foi um pedaço de caminho da Igreja que teve momentos de alegria e luz, mas também momentos não fáceis; senti-me como São Pedro com os Apóstolos na barca no lago da Galileia: o Senhor deu-nos muitos dias de sol e brisa suave, dias em que a pesca foi abundante; mas houve também momentos em que as águas estavam agitadas e o vento contrário – como, aliás, em toda a história da Igreja – e o Senhor parecia dormir. Contudo sempre soube que, naquela barca, está o Senhor; e sempre soube que a barca da Igreja não é minha, não é nossa, mas é d’Ele. E o Senhor não a deixa afundar; é Ele que a conduz, certamente também por meio dos homens que escolheu, porque assim quis. Esta foi e é uma certeza que nada pode ofuscar. E é por isso que, hoje, o meu coração transborda de gratidão a Deus, porque nunca deixou faltar a toda a Igreja e também a mim a sua consolação, a sua luz, o seu amor.

Estamos no *Ano da Fé*, que desejei precisamente para reforçar a nossa fé em Deus, num contexto que parece colocá-Lo cada vez mais de lado. Queria convidar todos a renovarem a confiança firme no Senhor, a entregarem-se como crianças nos braços de Deus, seguros de que aqueles braços nos sustentam sempre e nos permitem caminhar todos os dias, mesmo no cansaço. Queria que cada um se sentisse amado por aquele Deus que entregou o seu Filho por nós e nos mostrou o seu amor sem limites. Queria que cada um sentisse a alegria de ser cristão. Numa bela oração, que se recita diariamente pela manhã, diz-se: «Eu Vos adoro, meu Deus, e Vos amo com todo o coração. Agradeço-Vos por me terdes criado, feito cristão...». Sim! Estamos contentes pelo dom da fé; é o bem mais precioso, que ninguém nos pode tirar! Agradeçamos ao Senhor por isso mesmo todos os dias, com a oração e com uma vida cristã coerente. Deus nos ama, mas espera que também nós O amemos!

Mas não é só a Deus que quero agradecer neste momento. Um Papa não está sozinho na condução da barca de Pedro, embora recaia sobre ele a primeira responsabilidade. Eu nunca me senti sozinho, ao carregar as alegrias e o peso do ministério petrino; o Senhor colocou junto de mim tantas pessoas que, com generosidade e amor a Deus e à Igreja, me ajudaram e estiveram ao meu lado. E em primeiro lugar vós, amados Irmãos Cardeais: a vossa sabedoria, os vossos conselhos, a vossa amizade foram preciosos para mim; os meus Colaboradores, a começar pelo meu Secretário de Estado que me acompanhou fielmente ao longo destes anos; a Secretaria de Estado e a Cúria Romana inteira, bem como todos aqueles que, nos mais variados sectores, prestam o seu serviço à Santa Sé: são muitos rostos que não sobressaem, permanecem na sombra, mas precisamente no silêncio, na dedicação quotidiana, com espírito de fé e humildade, foram para mim um apoio seguro e fiável. Um pensamento especial para a Igreja de Roma, a minha diocese! Não posso esquecer os Irmãos no Episcopado e no Presbiterado, as pessoas consagradas e todo o Povo de Deus: nas visitas pastorais, nos encontros, nas audiências, nas viagens, sempre senti grande solicitude e profundo afecto; mas também eu amei a todos e cada um sem distinção, com aquela caridade pastoral que é o coração de cada Pastor, sobretudo do Bispo de Roma, do Sucessor do Apóstolo Pedro. Todos os dias tinha presente cada um de vós na oração, com o coração de pai.

Depois, queria que a minha saudação e o meu agradecimento chegassem a todos: o coração de um Papa abraça o mundo inteiro. E queria expressar a minha gratidão ao Corpo Diplomático junto da Santa Sé, tornando presente a grande família das nações. Aqui penso também a todos aqueles que trabalham por uma boa comunicação, e agradeço-lhes o seu serviço importante.

Neste momento, queria agradecer verdadeiramente do coração também às inúmeras pessoas, de todo o mundo, que nas últimas semanas me enviaram comoventes sinais de atenção, amizade e oração. Sim! O Papa nunca está sozinho, pude experimentá-lo agora mais uma vez e duma maneira tão grande que toca o coração. O Papa pertence a todos, e muitíssimas pessoas se sentem estreitamente unidas a ele. É verdade que recebo cartas dos grandes do mundo – dos Chefes de Estado, dos líderes religiosos, dos representantes do mundo da cultura, etc. –, mas recebo

também muitíssimas cartas de pessoas simples que me escrevem simplesmente com o seu coração e me fazem sentir o seu afecto, que brota do facto de estarmos unidos com Jesus Cristo, na Igreja. Estas pessoas não me escrevem como se faz, por exemplo, a um príncipe ou a um grande que não se conhece; mas escrevem-me como irmãos e irmãs ou como filhos e filhas, com o sentido de um vínculo familiar muito afectuoso. Aqui pode-se tocar com a mão o que é a Igreja: não uma organização, uma associação para fins religiosos ou humanitários, mas um corpo vivo, uma comunhão de irmãos e irmãs no Corpo de Jesus Cristo, que nos une a todos. Poder experimentar a Igreja deste modo e quase tocar com as mãos a força da sua verdade e do seu amor é motivo de alegria, num tempo em que muitos falam do seu declínio. Mas vejamos como a Igreja está viva hoje!

Nestes últimos meses, senti que as minhas forças tinham diminuído, e pedi a Deus com insistência, na oração, que me iluminasse com a sua luz para me fazer tomar a decisão mais justa, não para o meu bem, mas para o bem da Igreja . Dei este passo com plena consciência da sua gravidade e também novidade, mas com uma profunda serenidade de espírito. Amar a Igreja significa também ter a coragem de fazer escolhas difíceis, dolorosas, tendo sempre diante dos olhos o bem da Igreja e não a nós mesmos.

Permiti-me, aqui, voltar mais uma vez àquele *19 de Abril de 2005* . A gravidade da decisão esteve precisamente no facto de que, daquele momento em diante, me comprometera sempre e para sempre com o Senhor. Sempre: quem assume o ministério petrino deixa de ter qualquer vida privada. Pertence sempre e totalmente a todos, a toda a Igreja. A sua vida fica, por assim dizer, totalmente despojada da dimensão privada. Pude experimentar, e estou a experimentá-lo precisamente agora, que um recebe a vida precisamente quando a dá. Eu disse, antes, que muitas pessoas que amam o Senhor, amam também o Sucessor de São Pedro e estão-lhe afeiçoadas; que o Papa tem verdadeiramente irmãos e irmãs, filhos e filhas em todo o mundo, e que se sente seguro no abraço da vossa comunhão; é assim, porque deixou de se pertencer a si mesmo, pertence a todos e todos pertencem a ele.

Mas o «sempre» é também um «para sempre»: não haverá mais um regresso à vida privada. E a minha decisão de renunciar ao exercício activo

do ministério não revoga isto; não volto à vida privada, a uma vida de viagens, encontros, recepções, conferências, etc. Não abandono a cruz, mas permaneço de forma nova junto do Senhor Crucificado. Deixo de trazer a potestade do ofício em prol do governo da Igreja, mas no serviço da oração permaneço, por assim dizer, no recinto de São Pedro. Nisto, ser-me-á de grande exemplo São Bento, cujo nome adoptei como Papa. Ele mostrou-nos o caminho para uma vida, que, activa ou passiva, está votada totalmente à obra de Deus.

Agradeço a todos e cada um ainda pelo respeito e compreensão com que acolhestes esta decisão tão importante. Continuarei a acompanhar o caminho da Igreja, através da oração e da reflexão, com aquela dedicação ao Senhor e à sua Esposa que procurei diariamente viver até agora, e quero viver sempre. Peço que me recordeis diante de Deus, e sobretudo que rezeis pelos Cardeais, chamados a uma tarefa tão relevante, e pelo novo Sucessor do Apóstolo Pedro. Que o Senhor o acompanhe com a luz e a força do seu Espírito!

Invocamos a materna intercessão da Virgem Maria, Mãe de Deus e da Igreja, pedindo-Lhe que acompanhe cada um de nós e toda a comunidade eclesial; a Ela nos entregamos, com profunda confiança.

Queridos amigos! Deus guia a sua Igreja; sempre a sustenta mesmo e sobretudo nos momentos difíceis. Nunca percamos esta visão de fé, que é a única visão verdadeira do caminho da Igreja e do mundo. No nosso coração, no coração de cada um de vós, habite sempre a jubilosa certeza de que o Senhor está ao nosso lado, não nos abandona, está perto de nós e nos envolve com o seu amor. Obrigado!